

Demonstrações Contábeis

Consolidadas em IFRS

ACUMULADO ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 2024



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 3º TRIMESTRE DE 2024

Senhores acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do SISTEMA FINANCEIRO BANESTES - SFB, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2024, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

1. CONTEXTO ECONÔMICO

No Brasil, nesse terceiro trimestre de 2024, observou-se a continuidade da indefinição das ações que levem à responsabilidade fiscal e sua estabilidade, surgindo apenas propostas isoladas e conceituais como reforma administrativa, taxaço de milionários e outras formas de aumentar a receita do tesouro nacional, sem, entretanto, reduzir a dívida pública que, *ceteris paribus*, ficará próxima de 80,0% do PIB, o qual deverá crescer em torno de 3,0% segundo a média das projeções de mercado. As estatais, por exemplo, já acumulam prejuízo de R\$ 7,2 bilhões, segundo o Banco Central.

A economia real, na ótica da demanda agregada, segue impulsionada pelo aumento dos gastos das famílias e pelos contínuos e elevados gastos do governo, ambos insustentáveis e inflados pelo endividamento via tomada de crédito face à insuficiência financeira. Um duplo déficit que mantém a taxa SELIC acima de dois dígitos. Essa equação tem soma negativa e torna efêmera a sensação de riqueza pessoal e nacional. Para as instituições financeiras com solidez financeira e criteriosa análise de crédito o momento é favorável, mas a inadimplência, ainda que menor, é uma realidade que tange os limites máximos da prudência e da responsabilidade fiscal.

Importante observar, na ótica da demanda agregada, que, com base em dados do IPEA, há crescimento do consumo das famílias, de 3,1% em 2023 para 4,6% este ano; dos gastos do governo, de 1,7% em 2023 crescendo 14,4% para 2,8% este ano; e há queda na balança comercial com importações atingindo 14,4% e as exportações 3,8%. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) subiu de -3,0% em 2023 para 6,2% este ano, o que pode explicar o crescimento das importações.

Já no Espírito Santo, o ambiente continua atrativo para os negócios, com queda do desemprego e aumento da capacidade de investimento do setor público, acima de 10,0% da receita, conforme proposta orçamentária para 2025 e encaminhada à Assembleia Legislativa do Espírito Santo. A previsão do Observatório da FINDES é que o PIB cresça 4,3% este ano de 2024. Vale destacar que a indústria representa 38,3% da economia capixaba. O Espírito Santo é uma ilha de certezas fiscais e institucionais em um mar de incertezas no resto do país.

2. DESTAQUES DO PERÍODO

Consolidado como uma instituição forte e certa de seu papel junto a sociedade capixaba, o BANESTES mantém seu compromisso com a sustentabilidade empresarial, forjada sob diretrizes e bases indispensáveis ao mercado bancário: Negócio, Tecnologia da Informação, Comunicação e Gente. O BANESTES cumpre a sua função econômica e social, levantando a bandeira “Crescemos juntos”, apoiando os clientes e a sociedade como um todo, através da oferta de soluções financeiras personalizadas, crédito a baixo custo, serviços, atendimento e parcerias.

- ✓ Lucro Líquido no terceiro trimestre foi de R\$ 137 milhões (+55,9% em 12 meses e +27,6% em 3 meses), correspondendo a R\$ 0,43 por ação e no acumulado do ano atingiu R\$ 312 milhões (+21,7% em 12 meses). O faturamento¹ no trimestre retraiu 17,5% com relação ao terceiro trimestre de 2023 e -5,7% contra o trimestre anterior, somando R\$ 1,2 bilhão, função direta da queda das receitas com

¹ Trata-se do total das receitas financeiras, receitas de serviços, resultado de ativos financeiros para negociação, resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes, resultado de seguros e previdência e resultados de operações de câmbio e variação cambial.

operações de tesouraria sob o viés da retração da taxa de juros/Selic no período. No acumulado do ano, o faturamento atingiu R\$ 3,9 bilhões recuo de 8,3% contra o mesmo período do ano anterior, decorrente principalmente da queda das receitas de tesouraria (-17,0% em 12 meses) principalmente ligados à caixa e equivalentes de caixa e aos títulos de investimentos. Vale destacar, a elevação das receitas com empréstimos e recebíveis (+11,5% em 12 meses) no acumulado do ano, reflexo da elevação dos recursos da carteira de crédito a clientes² (+20,5% em 12 meses). As despesas financeiras recuaram no trimestre (-25,2% em 12 meses e -8,9% em 3 meses), acumulando no ano R\$ 2,4 bilhões (-13,2% em 12 meses) com destaque para a queda dos custos com depósitos de clientes (-10,1% em 12 meses) e dos custos com recursos de instituições financeiras (-17,3% em 12 meses);

- ✓ O *impairment* no trimestre foi positivo R\$ 32 milhões em função da aplicação do novo cálculo já alinhado com a metodologia que será aplicada para o atendimento à Resolução 4.966/2021; somando no acumulado do ano um custo de R\$ 100 milhões arrefecendo substancialmente (-57,2%) contra o mesmo período de 2023. Outros itens que impactaram o resultado no trimestre: i) recuperação do resultado com serviços e comissões (+23,2% em 12 meses e -5,5% em 3 meses); ii) menor resultado de seguros e previdência (-42,6% em 12 meses e -22,8% em 3 meses); iii) aumento dos custos administrativos com pessoal (+9,1% em 12 meses e +0,8% em 3 meses) e com outras despesas administrativas (+17,7% em 12 meses e +1,2% em 3 meses); e por fim (iv) queda dos custos com constituição de provisões passivas (cíveis, trabalhistas, fiscais e outras) em 80,2% em doze meses e 78,2% em três meses. Em suma, a eficiência operacional³ no trimestre foi de 48,9% e a eficiência operacional ajustada ao risco⁴ atingiu 45,8%. No acumulado do ano, os índices de eficiência atingiram, respectivamente, 50,4% e 54,4%;
- ✓ O patrimônio líquido registrado no terceiro trimestre de 2024 foi de R\$ 2,3 bilhões, 8,0% superior ao mesmo período de 2023 e 7,3% maior que a posição do quarto trimestre de 2023. O índice de Basileia alcançou 14,10% composto integralmente de capital nível I. O retorno sobre o patrimônio líquido anualizado (ROE)⁵ foi de 17,3% e o retorno sobre o ativo anualizado (ROA)⁶ foi de 1,0%. A reserva de lucro (R\$ 571 milhões) avançou 29,7% na comparação com o terceiro trimestre de 2023 e 8,5% contra o quarto trimestre de 2023. Foi destinado aos acionistas no trimestre, a título de juros sobre capital próprio o montante de R\$ 22 milhões, atingindo no acumulado do ano o valor de R\$ 94 milhões, representando a distribuição de 30,2% do lucro líquido acumulado no ano;
- ✓ Os ativos no terceiro trimestre de 2024 atingiram R\$ 37,5 bilhões, recuando 10,1% contra o mesmo período de 2023 e -9,5% contra o quarto trimestre de 2023, impactado pelo recuo da posição financeira dos recursos em instrumentos de dívidas e ativos financeiros, mensurados a valor justo por meio do resultado (-56,6% em 12 meses e -58,7% no ano), em face da estratégia de posicionamento em títulos públicos e privados (alienação de ativos). Dessa forma, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia atingiram R\$ 9,5 bilhões (+197,7% em 12 meses e +425,5% no ano). Os recursos em empréstimos e recebíveis mantiveram forte avanço (+22,0% em 12 meses e +17,7% no ano), reflexos das concessões/safras de crédito oriundas das demandas proporcionadas pela retomada do avanço da economia local, principalmente, no setor de varejo e de serviços. Importante frisar que, o BANESTES mantém a máxima atenção e direciona suas estratégias e medidas à adequação da política e processos de concessão de crédito, proporcionando maior qualidade as garantias adquiridas nas novas concessões, o aprimoramento dos processos de reestruturação de ativos e a recuperação de créditos em prejuízo;
- ✓ A carteira de crédito a clientes registrou o saldo de R\$ 11,1 bilhões crescentes 20,5% contra o terceiro trimestre de 2023 e 16,4% contra o quarto trimestre de 2023. O segmento pessoa física totalizou R\$ 7,7 bilhões (+21,8% em 12 meses e +17,1% no ano); enquanto, o segmento corporativo somou R\$ 3,4 bilhões (+17,9% em 12 meses e +14,9% no ano). Da carteira de clientes corporativos, 67,9%

² Trata-se do total do saldo bruto de empréstimos e recebíveis.

³ Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

⁴ Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, do resultado com *impairment* de ativos financeiros, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

⁵ Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos patrimônios líquidos de setembro de 2024 e setembro de 2023.

⁶ Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos ativos totais de setembro de 2024 e setembro de 2023.

foram concessões à micro, pequenas e médias empresas e 32,1% foram concessões a grandes empresas. Destaque para as modalidades de crédito rural (+60,3% em 12 meses e +33,6% no ano), crédito imobiliário (+32,2% em 12 meses e +24,4% no ano), crédito pessoal (+13,4% em 12 meses e +11,1% no ano), crédito comercial (+17,0% em 12 meses e +16,9% no ano) e cartões (+7,8% em 12 meses e +5,1% no ano). No conceito carteira de crédito a clientes ampliada⁷, o saldo nesse trimestre atingiu R\$ 14,0 bilhões (+12,4% em 12 meses e +9,5% no ano) mantendo o crescimento expressivo da operação bancária. O saldo em *impairment* nesse trimestre totalizou R\$ 451 milhões (-6,4% em 12 meses e -7,9% no ano) puxado pelas operações de renegociação;

- ✓ O índice de inadimplência (>90 dias) encerrou o trimestre em 2,2% e, no conceito ampliado, em 1,7%. As operações com atraso superior a 90 dias no segmento da pessoa física foram de 1,7% enquanto, no segmento da pessoa jurídica atingiu o patamar de 3,3%. Em suma, a inadimplência da carteira de crédito a clientes recuou 0,2 p.p. contra o mesmo trimestre de 2023; pautada preponderantemente na queda da inadimplência (-0,3 p.p.) no segmento corporativo. A classificação por níveis de risco de crédito se posicionou em setembro de 2024 da seguinte forma: 73,8% classificadas nos níveis de risco AA e A, 21,1% entre os níveis de risco B e C, 3,4% entre D a G e 1,7% no nível de risco H. O resultado com perdas com *impairment* de ativos financeiros foi positivo (R\$ 32 milhões) nesse terceiro trimestre, em função da aplicação do novo cálculo já alinhado com a metodologia que será aplicada para o atendimento à Resolução 4.966/2021; e no acumulado do ano somou R\$ 100 milhões (-57,2% em 12 meses). Consoante com sua estratégia e atento a esse cenário, o BANESTES aplica toda sua cautela, métodos e sistemas no controle e gestão da qualidade das garantias junto às novas concessões e às operações em carteira, que apresentam potencial de *default*;
- ✓ Os depósitos de clientes somaram R\$ 23,3 bilhões no trimestre, crescentes 3,3% contra o mesmo período de 2023 e 4,0% contra o quarto trimestre de 2023. Os recursos de depósitos a prazo avançaram no período (+2,2% em 12 meses e +3,9% no ano), aliados aos recursos de poupança que também elevaram-se (+10,5% em 12 meses e +9,6% no ano); já os recursos de depósitos à vista retraíram (-4,8% em doze meses e -13,9% no ano). Os recursos em títulos de dívidas emitidos totalizaram R\$ 1,0 bilhão expandindo 63,1% e 49,0%, respectivamente nas mesmas comparações. Os recursos de instituições financeiras atingiram R\$ 9,0 bilhões, quedas de -38,5% em doze meses e -38,2% no ano, decorrente das condições de mercado. No trimestre, o BANESTES gerenciou 1.030 mil contas correntes (+5,9% em 12 meses) e 650 mil contas de poupança (+0,9% em 12 meses), relacionando-se com 1.412 mil clientes (+3,7% em 12 meses), a sua maioria, 1.325 mil foram pessoas físicas (+3,1% em 12 meses) e 87 mil pessoas jurídicas (+13,1% em 12 meses). Os recursos em fundos administrados totalizaram no período o saldo de R\$ 7,0 bilhões com expressivos avanços de 11,1% em doze meses e 11,9% no ano;
- ✓ As despesas administrativas (pessoal e outras) atingiram nesse trimestre o montante de R\$ 228 milhões, aumentando 12,6% contra o mesmo período de 2023 e +1,0% contra o trimestre anterior. No acumulado do ano, as despesas administrativas (pessoal e outras) atingiram R\$ 682 milhões (+14,8% em 12 meses), pautados nos custos adicionais com a atividade bancária em publicidade e propaganda comercial, serviços técnicos especializados (assessorias) e processamento de dados (fábricas de *software*). Importante frisar que os trabalhos em andamento e ações aplicadas para racionalização de custos têm como diretriz a preservação da qualidade dos serviços prestados, sempre focando na melhor experiência do cliente. No trimestre, o índice de cobertura geral⁸ atingiu 39,4%, enquanto que, no acumulado do ano registrou 37,8%;
- ✓ O resultado de serviços e comissões foi de 47 milhões no trimestre, avançando de 23,2% contra o terceiro trimestre de 2023 e -5,5% contra o trimestre anterior, no qual as receitas de serviços somaram R\$ 90 milhões (+10,2% em 12 meses e +0,9% em 3 meses) motivado por elevações de receitas com cartões de crédito e débito (+21,2% em 12 meses e -15,2% em 3 meses) e corretagem de seguros (+46,4% em 12 meses e +15,7% em 3 meses); no acumulado do ano o resultado de serviços e comissões atingiu R\$ 138 milhões (+7,6% em 12 meses). Os canais digitais (*Internet Banking* e *Mobile*) foram responsáveis por aproximadamente 20 milhões de transações financeiras (+30,1% em 12 meses) no terceiro trimestre de 2024. Ainda no âmbito da transformação digital, as transações totais, que incluem consultas de informações como extrato, no Aplicativo BANESTES somaram mais de 49 milhões

⁷ Trata-se do total dos saldos brutos de empréstimos e recebíveis, de TVM privado (debêntures, notas promissórias, CDBs – certificado de depósitos bancários, letras financeiras, CRIs – certificado de recebíveis imobiliários, letras de crédito do agronegócio, FIDCs – fundo de investimento em direitos creditórios e letras de crédito imobiliário) e garantias prestadas (avais e fianças).

⁸ Relação entre a receita de serviços e o total da despesa administrativa (pessoal e outras).

de operações no terceiro trimestre de 2024, crescimento de 27,6% quando comparado com o mesmo período de 2023;

- ✓ O total de Impostos, Contribuições e Encargos Sociais pagos ou provisionados pelo BANESTES no terceiro trimestre de 2024 somaram R\$ 109 milhões (+5,5% em 12 meses), acumulando no ano o valor de R\$ 284 milhões (+9,0% em 12 meses). Desse montante, R\$ 212 milhões (+8,5% em 12 meses) foram recolhidos aos cofres públicos em forma de impostos e contribuições, refletindo a importância das operações desenvolvidas e executadas pela Instituição. Os outros R\$ 72 milhões (+10,5% em 12 meses) referem-se aos encargos sociais sobre a folha de pagamentos; e
- ✓ A nota de *rating* do BANESTES manteve-se em AA+ (bra) com perspectiva estável concedida pela *Fitch Rating* - agência de classificação de risco. Em sua análise, relata uma visão positiva quanto a estrutura de governança corporativa e o sólido perfil financeiro do banco, que via de regra é sustentado pela estabilidade e força dos indicadores de rentabilidade, capitalização, captação e liquidez;

3. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O BANESTES desenvolve em sua cultura organizacional os conceitos de Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG, na sigla em inglês), incorporando visões conectadas com os anseios de todos os *stakeholders*. A sustentabilidade está incorporada na estratégia do banco, que tem por premissas a geração de valor, a transparência, a governança corporativa e a responsabilidade social, ambiental e climática. Reconhecendo a urgência e necessidade de promover ações concretas em matéria de ESG, foi criada uma gerência específica voltada para a implementação do Plano de Ações ESG e para a criação de iniciativas, visando o reconhecimento da Companhia, para o mercado financeiro.

O Projeto Triciclo é resultado da parceria com a Ambipar para impulsionar a economia circular e promover o consciente coletivo sobre o descarte responsável de resíduos recicláveis. A ação é um dos pilares de consolidação do papel do BANESTES como agente de transformação socioambiental no Espírito Santo. A *Retorna Machine* é uma máquina destinada a coletar embalagens pós consumo em geral, de alumínio, plástico, aço, longa vida e vidro, gerando pontos triciclo e/ ou vouchers, que posteriormente podem ser trocados por benefícios. Inédito na capital capixaba, o projeto oferece aos usuários as facilidades do programa de fidelidade e conta com dez pontos de entrega voluntária, estrategicamente selecionados na capital Vitória.

O BANESTES iniciou a 4ª edição da Campanha Solidária, reafirmando seu compromisso com a responsabilidade social e o voluntariado corporativo. A campanha visa arrecadar fundos para a associação Bem 027, que apoia pessoas carentes na Grande Vitória. Para maximizar o impacto, o Banco dobrará o valor arrecadado pelos funcionários.

Em atendimento aos normativos dos órgãos reguladores e consoante com as melhores práticas do mercado, no último trimestre foi ministrado a todos os colaboradores do SFB o Seminário de *Compliance* com os temas: Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); Ética, Integridade e Anticorrupção; Gestão de Continuidade de Negócios; Segurança Cibernética e da Informação e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (ESG). Além disso, foram liberadas licenças para a Plataforma Alura, referência no mercado em cursos na área.

Ao se tratar da Gestão de Gente, foi efetivada a homologação do Concurso Público 2024, destinada ao cadastro reserva. Foram admitidos 69 aprovados entre concursados de 2022 e 2024. Também foram designados três gerentes de relacionamento, por meio de Seleção Interna, contribuindo para o fortalecimento da equipe comercial. Além disso, o programa Construindo Conexões, como ação-resposta à Pesquisa de Clima realizada em parceria com o *Great Place to Work* (GPTW), objetiva o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores a partir da apresentação das diversas unidades da organização.

Para fortalecer o Time Cuidar, foi contratada uma Psicóloga Organizacional e planejadas as ações para capacitar lideranças e desenvolver uma gestão humanizada, incluindo o evento "Estação das Emoções" e a divulgação de conteúdos psicoeducativos, como pílulas e *lives* quinzenais.

No contexto da inovação, o BANESTES segue investindo em inovação aberta e parcerias estratégicas para impulsionar a transformação digital e o desenvolvimento de soluções inovadoras. Dentre as

iniciativas do terceiro trimestre, destacam-se a continuidade da parceria com o Base 27, hub de inovação que fomenta a criação de um ecossistema vibrante e conectado no Espírito Santo e com a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (AMCHAM), proporcionando aos colaboradores da instituição a participação em eventos, *workshops* e acesso ao *AmCham Lab*, um ambiente que estimula a inovação. Valem destacar também o BanesHub, local onde são impulsionadas as iniciativas relativas ao tema no SFB e o Programa *Inov.AI*, iniciativa que visa democratizar o acesso à tecnologia e desenvolver talentos com o objetivo de disseminar a utilização da tecnologia *Low-Code*, gerando maior agilidade e flexibilidade no desenvolvimento das aplicações menos complexas.

Nesse período ocorreram experimentações de soluções de Inteligência Artificial (IA) generativa, conhecendo os benefícios, uso e aplicabilidade desse tipo de tecnologia. Destaque para o “Sab.IA”, solução de assistente inteligente que visa aprimorar e agilizar o atendimento interno dos colaboradores, otimizando a busca por informações estruturadas no formato de chatbot. O “Sab.IA” apresenta modelo de IA próprio com tecnologia de origem 100% capixaba desenvolvida por startup incubada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Também passou a utilizar o *Google Gemini*, uma ferramenta de inteligência artificial que integra recursos de IA generativa aos aplicativos utilizados pelos colaboradores, contribuindo para o aumento da produtividade, eficiência e otimização de processos em diversas áreas.

O BANESTES é finalista do Prêmio *Inoves 2024*, iniciativa do Governo do Estado do Espírito Santo, que objetiva reconhecer e estimular projetos inovadores desenvolvidos por equipes do serviço público do estado. Os projetos “*Inov.AÍ*” e “*Sab.IA, o assistente inteligente do BANESTES*” estão concorrendo na categoria “Projeto em Desenvolvimento”, com a premiação prevista para dezembro de 2024.

Com os objetivos de aprimorar o relacionamento com seus clientes, otimizar processos internos e fortalecer a tomada de decisão estratégica, o BANESTES tem investido em inteligência de dados. As frentes de inovação atuam na extração e análise de informações, permitindo a personalização do atendimento e o refinamento das operações. Além disso, visando a modernização da operação de *Business Intelligence, Analytics* e Inteligência Artificial, o banco realizou uma consulta formal ao mercado para contratação de consultoria especializada, treinamentos e plataforma tecnológica. O objetivo é construir um ecossistema de *Data & Analytics* robusto e integrado, que forneça suporte orientado a dados para a tomada de decisão em todos os níveis da instituição.

As ações do BANESTES reforçam seu compromisso com a inovação, impulsionando a melhoria contínua de suas soluções e o desenvolvimento de novos produtos e serviços digitais. Essa jornada visa proporcionar uma experiência cada vez melhor aos clientes, facilitando seu dia a dia e ampliando o acesso aos serviços bancários de forma remota e conveniente. A expansão dos serviços digitais, além de otimizar o tempo dos clientes e da instituição, promove a redução de despesas operacionais e contribui para um uso mais responsável e sustentável dos recursos alinhando-se à estratégia de sustentabilidade.

O *Bizi*, plataforma digital de crédito consignado do BANESTES para servidores públicos, lançada em janeiro de 2024, já alcançou a marca de R\$ 14 milhões em crédito originado em apenas um trimestre. Com o objetivo de democratizar o acesso ao crédito consignado e promover o bem-estar financeiro dos servidores, o *Bizi* expande sua atuação para novas regiões do país, como nas cidades do estado de São Paulo, São José do Rio Preto e Piracicaba, reforçando o compromisso do Banco em oferecer soluções financeiras inovadoras e acessíveis para o funcionalismo público.

Pode-se destacar também, a consolidação do ERP SAP como um marco na modernização do BANESTES. Após o período inicial de adaptação, a solução está estabilizada e seus benefícios se mostram cada vez mais evidentes. A gestão de processos como Contábil, Financeiro, Fiscal, Controladoria, Suprimentos e Patrimônio tornou-se mais eficiente e transparente, impactando positivamente a tomada de decisões estratégicas e otimizando recursos. Além disso, melhorias foram implementadas com base nas experiências dos usuários, aprimorando a usabilidade do sistema e a agilidade operacional. A padronização de processos proporcionada pelo ERP continua contribuindo para a redução de riscos e a segurança das operações. O SAP se consolida como um pilar estratégico para o crescimento sustentável do BANESTES, reforçando seu compromisso com a inovação e a excelência no setor financeiro.

No âmbito do risco de crédito e perdas esperadas, a construção de um repositório de dados dedicado permitirá a implementação de modelos computacionais avançados para análise e gestão de risco. Simultaneamente, o BANESTES avança na gestão e governança de dados com a implantação de um catálogo de dados, organizando e facilitando o acesso às informações.

Para impulsionar a transformação digital e oferecer serviços bancários ainda mais modernos e eficientes, o BANESTES investiu R\$ 144 milhões em Tecnologia da Informação e Comunicação no terceiro trimestre de 2024. Esses recursos foram destinados à modernização dos sistemas de informação, infraestrutura de comunicação, segurança da informação e rede de autoatendimento, aprimorando a experiência do cliente e otimizando as operações do SFB.

Apesar da busca pela digitalização, o BANESTES não desvia do atendimento próximo e de forma presencial sempre que o cliente sentir essa necessidade, isso fica claro em nosso slogan "Digital quando você quiser, ao seu lado sempre que você precisar". Nesse período, o BANESTES totalizou 782 postos de atendimento, compostos por 152 unidades de atendimento (entre agências e postos), 286 postos de atendimento eletrônico e 344 correspondentes.

O terceiro trimestre de 2024 demonstrou a importância dos canais digitais para os clientes, especialmente o aplicativo. Com mais de 49 milhões de transações, incluindo consultas (como, por exemplo, o extrato da conta), o aplicativo registrou um aumento de 27,6% em relação ao mesmo período de 2023, mantendo-se como o principal canal de interação dos clientes e respondendo, assim, por grande parte das mais de 71 milhões de transações totais (financeiras e de consulta) realizadas no trimestre em todos os canais do BANESTES.

Os canais digitais (*Internet Banking* e Aplicativo) impulsionaram o crescimento das transações financeiras, atingindo a marca de quase 20 milhões de operações no terceiro trimestre de 2024, um aumento de 30,1% em relação ao ano anterior. Visando oferecer uma experiência mais completa, o BANESTES trabalha na construção de um novo *Internet Banking* para substituir o atual, com o objetivo de melhor atender às necessidades dos clientes Pessoa Jurídica.

Os cartões BANESTES obtiveram faturamento de R\$ 1,3 bilhão no terceiro trimestre de 2024, representando um crescimento de 4,5% comparado ao mesmo período do ano anterior. Como forma de incentivo e reforço da marca no mercado capixaba, foi lançada a Campanha O Mundo dá Voltas, que irá premiar os clientes com *vouchers* de viagem no valor de R\$ 50 mil e créditos de R\$ 1 mil na fatura do cartão de crédito. Além disso, foram entregues serviços relevantes para os clientes do Banescard Visa como a *tag* automotiva, em parceria com a Veloe, para uso em estacionamento e pedágios com débito direto no cartão de crédito. O serviço de notificações também foi aprimorado, informando os clientes sobre transações e pagamentos em atraso. Por fim, houve melhorias no tratamento de suspeitas de fraudes, com o aprimoramento das verificações de segurança e interações com clientes. No contexto do Programa de Fidelidade, foi realizada ação para validar a funcionalidade de Pagar com Pontos, além de comunicações constantes para os clientes por e-mail marketing, informando sobre as novidades e campanhas promocionais.

Em continuidade ao apoio às micro e pequenas empresas do Espírito Santo, foi concedido, nos três primeiros trimestres do ano, mais de R\$ 62 milhões em Microcrédito, com mais de 4.200 empreendedores atendidos. Além disso, foi criada uma nova linha chamada Garantir-ES, que conta com garantia de fundo de aval do Governo do Estado. Em 2 meses de atuação, a linha já atendeu 777 empreendedores, liberando R\$ 7 milhões em crédito. A carteira ativa de microcrédito fechou o período em aproximadamente R\$ 114 milhões, alcançando o maior volume registrado em 21 anos do programa "Nossocrédito".

Por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), o Banco realizou no terceiro trimestre de 2024 mais de 600 operações com o montante de aproximadamente R\$ 28 milhões para as micro e pequenas empresas, bem como, para atendimento aos profissionais liberais. Ao todo, em 2024, foram repassados, aproximadamente, R\$ 87 milhões à mais de 1.800 micro e pequenas empresas capixabas.

Ainda no contexto de crédito e repasse, através da linha do CrescerCidadES, nos nove primeiros meses de 2024, o BANESTES liberou quase R\$ 81 milhões em recursos para a realização de obras de infraestrutura dos municípios capixabas. As operações contam com garantia da quota-parte dos municípios sobre o ICMS ou garantia integral da União. Também foram entregues as linhas de crédito de investimento Finame Pronaf Tratores e Moderfrota, ambas vinculadas a programas de repasse do BNDES e, disponibilizado na nova plataforma de crédito do BANESTES (CBS), implantada no primeiro trimestre de 2024.

O BANESTES demonstra seu compromisso com o crescimento sustentável ao investir em ações de *marketing* que vão além da promoção tradicional de produtos. A Instituição adotou uma estratégia abrangente que permeia diversas áreas, com o objetivo de fortalecer a marca, consolidar sua presença no mercado e alcançar novos públicos ampliando sua base de clientes.

Além disso, ao patrocinar eventos e apoiar iniciativas que movimentam a economia local, o BANESTES gera emprego e renda, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades onde está inserido. Essa estratégia de *marketing* socialmente responsável consolida a imagem do banco como um agente de transformação social e reforça sua conexão com o público.

O BANESTES está passando por um processo de revitalização, buscando modernizar sua imagem e oferecer uma experiência ainda mais agradável aos clientes. Está investindo na atualização da identidade visual de suas unidades, adotando um *design* contemporâneo e alinhado às últimas tendências do mercado bancário. Essa mudança contribui com o objetivo de fortalecimento da marca. Nos três primeiros trimestres de 2024, o BANESTES concluiu a reforma e remodelação de nove agências, além de dez andares da Direção Geral, utilizando esse novo conceito. Além disso, foram realizadas manutenções na sinalização e comunicação visual em mais de doze unidades do SFB.

A publicidade do BANESTES no período teve foco na campanha institucional Somos Azul, que revela aos capixabas os principais projetos sociais e de diversas áreas apoiados pelo Banco. Produtos Visa e o Feirão Zera Dívida também foram destaque até o terceiro trimestre. Foram mantidos os investimentos permanentes em impulsionamento nas redes sociais do Banco, bem como projetos de mídia que reforçam a imagem do Banco dos Capixabas em todo o estado. O BANESTES também reforçou a divulgação do Microcrédito, um case de sucesso da marca no Espírito Santo e no Brasil.

No acumulado até o terceiro trimestre de 2024, foram destinados aproximadamente R\$ 87 milhões ao acionista controlador (Estado do Espírito Santo) sob a forma de juros sobre capital próprio. Esse valor retorna à sociedade capixaba conforme as prioridades de investimentos definidas no orçamento estadual.

Com essas ações, o BANESTES reafirma seu compromisso em oferecer aos clientes um ambiente moderno, acolhedor e eficiente, consolidando sua posição como um banco inovador e em constante evolução.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

O BANESTES mantém constantemente o aprimoramento de sua gestão de riscos por meio de controles que buscam identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar riscos intrínsecos às atividades bancárias, de modo a otimizar o capital dos acionistas com a melhor relação risco/retorno. Possui uma diretoria específica de gestão de riscos e controles internos, subordinada diretamente à Presidência e há áreas designadas para gestão e avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, entre outros, além de promover a gestão da continuidade dos negócios, da Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destrução em Massa – PLD-FTP.

Considerando as exigências associadas à estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital normatizadas pela Resolução CMN nº 4.557, o BANESTES adota uma gestão integrada de riscos, com a indicação do Diretor de Riscos e Controle como o responsável pelo gerenciamento dos riscos do Conglomerado Prudencial (CRO - *Chief Risk Officer*).

Além disso, possui o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital para assessoramento e recomendações ao Conselho de Administração acerca dos níveis de apetite por riscos, das políticas e das estratégias para o gerenciamento de riscos individuais e integrados, bem como a prática de três linhas, com papéis e responsabilidades definidos nos processos de controles internos e riscos operacionais, sendo prática institucional a disseminação corporativa da cultura de gerenciamento de riscos e *compliance*, com a realização de treinamentos, trilhas de aprendizagem, palestras e divulgação na intranet para formação e conscientização dos seus colaboradores.

Conta com comitês, procedimentos normatizados e controles internos, de acordo com a legislação brasileira e demais diretrizes de órgãos, que regulam sobre a PLD-FTP e o combate à corrupção. Sobre este tema,

implantou o Programa de Integridade BANESTES, adotando ações, procedimentos e controles para prevenção à corrupção e combate à prática de atos ilícitos e/ou de improbidade na condução dos processos e negócios no âmbito de atuação do BANESTES, contando inclusive com canal de denúncias no *site* da Instituição. Além disso, possui um canal interno de comunicação com a área de PLD-FTP: prevencaolavagemdinheiro@banestes.com.br

A Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração é responsável por avaliar os processos corporativos com o objetivo de aprimorar o gerenciamento de riscos, os controles e a governança corporativa, atuando no âmbito do Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) na 3ª linha e contribuindo para a geração de valor para o SFB.

Na análise gerencial do risco social, ambiental e climático, é realizada uma avaliação mensal dos clientes pessoa jurídica que se enquadram nas atividades econômicas de maior potencial para causar danos. Nessa avaliação, é realizado um monitoramento da concentração de exposições e da inadimplência dos setores de atuação dos clientes. Essa análise tem como objetivo mitigar eventuais perdas de natureza social, ambiental e climática nos empréstimos, financiamentos e investimentos, a partir da identificação de possíveis eventos dessas naturezas que possam ocorrer com o cliente.

O BANESTES apresenta seu “Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3” disponível, em seu site, na seção Relações com Investidores, Governança Corporativa e Gerenciamento de Riscos (www.banestes.com.br/ri). Dessa forma, o Banco assegura transparência ao mercado e ao público em geral.

No que se refere a proteção de dados, o SFB apresenta um Programa de Proteção de Dados com seu conjunto de medidas e boas práticas que buscam conformidade à legislação responsável. Dentre algumas das medidas e boas práticas, vale destacar a adequação de sua infraestrutura à LGPD, assim como a Análise de Riscos de Privacidade com a implementação de uma nova plataforma, que dentre outras funções atuará no mapeamento e classificação de dados para elaboração do diagnóstico e análise do risco de privacidade. Os contratos elaborados no SFB também seguem em constante análise, conferindo a ele cláusulas protetivas para mitigar a exposição e os potenciais prejuízos gerados com o uso não autorizado dos dados pessoais. Conta ainda com um Plano de Comunicação, que busca comunicar oportunamente todas as políticas, procedimentos e boas práticas relacionadas à privacidade e mantém um canal oficial para assuntos relacionados à LGPD, no endereço protecaodedados@banestes.com.br.

Em relação à Segurança Cibernética e da Informação, o SFB iniciou a execução de novo contrato de solução de Serviços Gerenciados de Segurança envolvendo prestação de serviços de segurança, consolidação e visibilidade de vulnerabilidades e eventos de segurança, consultoria, administração, operação, monitoramento e respostas a incidentes de segurança cibernética e da informação. A nova contratação engloba atualizações tecnológicas e incorporação de serviços para aprimorar o nível de proteção do ambiente cibernético da Instituição.

Na atuação contra golpes e fraudes, o BANESTES firmou parceria com a Nuclea que visa agregar agilidade e padronizar os processos de prevenção e pós fraude, utilizando a plataforma de recuperação e conciliação de valores fraudados, o *Detectaflow*.

4. EMPRESAS CONTROLADAS

A BANESTES Seguros (BANSEG) está entre as 20 maiores seguradoras do Brasil, de acordo com o anuário Finanças Mais – edição 2023, do jornal “Estado de São Paulo”, nos ramos de vida e previdência, e na categoria ramos gerais, a seguradora está entre as 50 maiores do país, conforme anuário Valor 1000 do jornal Valor Econômico. No mercado capixaba, a Seguradora mantém a liderança absoluta. Reconhecida como uma das marcas mais lembradas na pesquisa Recall de Marcas em 2024, e tem seus produtos comercializados na rede de agências BANESTES e em parceria com quase 400 corretoras de seguros.

No terceiro trimestre de 2024, a BANSEG atingiu o montante de R\$ 27 milhões de lucro líquido, garantindo um retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) de 17,8%, apurado pela relação entre o Lucro Líquido dos

últimos doze meses e o Patrimônio Líquido médio registrado em 30/09/2023 e 30/09/2024, sendo responsável por 10,4% do resultado consolidado do SFB. Esse resultado evidencia a performance saudável da Seguradora e está relacionado à constante busca por melhorias e inovação na criação de produtos e fechamento de importantes parcerias para o negócio.

Além disso, a gestão das despesas administrativas é acompanhada de perto pela alta administração por meio de indicadores internos que norteiam as decisões de investimentos e representam uma boa prática de governança corporativa. As fortes chuvas que atingiram o Sul do Estado levaram a um reconhecimento em despesas com sinistros ocorridos, impactando o resultado em torno de R\$ 3 milhões, já deduzidos dos efeitos tributários.

A BANSEG oferece o melhor atendimento, a proteção completa e eficiente aos seus segurados, investindo em inovação e gestão de projetos sustentados por iniciativas de infraestrutura e governança em tecnologia da informação. Com esse olhar e vislumbrando o crescimento do resultado, o time interno da Companhia iniciou o desenvolvimento de novos produtos no grupo Vida e Habitacional, para lançamento ainda neste exercício, além de iniciar a implantação de novo sistema de gestão de seguros, que trará maior celeridade e eficiência operacional em seu nicho de mercado, possibilitando uma oferta ainda maior de novos produtos e possibilidades de parcerias operacionais em resseguros e/ou cosseguros, conseguindo assim, se posicionar de forma mais competitiva junto aos demais “players” do mercado e melhorando a experiência do cliente. Em relação ao capital intelectual, a BANSEG reconhece seus talentos, por meio da realização de Seleção Interna e promoções por meritocracia, além de investir no desenvolvimento de suas lideranças com capacitações internas e externas.

Ciente que o setor de seguros tem um papel significativo na promoção da sustentabilidade, a BANSEG continua atuando fortemente no desenvolvimento de ações conectadas ao ESG (Ambiental, Social e Governança), por meio do Comitê de Sustentabilidade - COSUS. Após a aprovação da Matriz de Materialidade da BANSEG, foram estabelecidos e aprovados os planos de ação que serão implementados com vistas a mitigar os riscos atrelados à sustentabilidade na Companhia.

No terceiro trimestre de 2024, a BANESTES Corretora consolidou sua atuação sólida na gestão e corretagem de seguros em diversos segmentos, além de atuar na intermediação de títulos de capitalização, planos odontológicos, previdência privada e consórcios. A empresa se destaca pela busca ativa de parcerias em um mercado de seguros altamente competitivo. Os resultados deste período mostraram um volume expressivo de produção: R\$ 2 milhões em seguros novos de automóveis, embora tenha havido uma queda de 25,0% em relação ao ano anterior. Os seguros residenciais alcançaram R\$ 2 milhões, e os seguros empresariais totalizaram R\$ 714 mil, com uma leve redução de 1,0%. Em contrapartida, os bilhetes de acidentes pessoais apresentaram um aumento significativo de 58,0%, atingindo R\$ 4 milhões. O produto prestamista destinado a pessoas físicas obteve R\$ 545 mil, marcando um crescimento de 27,0% em relação ao mesmo período do ano passado.

Para pessoas jurídicas, o volume alcançou R\$ 4 milhões. Em parceria com a ICATU, a BANESTES Corretora intermediou R\$ 5 milhões em títulos de capitalização, refletindo um crescimento de 18,0%. Nos planos de previdência, foram registrados R\$ 761 mil em pagamentos mensais, além de R\$ 78 milhões em aportes e portabilidades, representando aumentos de 63,0% e 17,0%, respectivamente. A carteira de previdência encerrou o trimestre com um total de R\$ 835 milhões. Outro destaque foi a parceria estratégica com a administradora de consórcios Embracon, que impulsionou as vendas no trimestre para R\$ 31 milhões, com um crescimento notável de 73,0%. Além disso, a comercialização do plano odontológico, que começou em 2024 em colaboração com a Odontoprev, gerou um volume de vendas de R\$ 27 mil.

A BANESTES DTVM atua profissionalmente na gestão de ativos e na administração de recursos de terceiros nos mercados de renda fixa e variável. Conta com uma equipe experiente, técnica e especializada oferecendo produtos e serviços diferenciados aos seus clientes, conforme o seu perfil de investimento. A DTVM propicia investimentos em fundos de renda fixa, fundo incentivado de investimento em infraestrutura, multimercados, de ações e estruturado. Possui, sob o *ticker* “BCRI11”, o BANESTES Recebíveis Imobiliários, que é um fundo de investimento imobiliário negociado em bolsa de valores, que conta com a confiança de mais de 44 mil cotistas. No terceiro trimestre de 2024 a BANESTES DTVM ampliou ações visando a captação de recursos para seus fundos de investimento, tanto dentro quanto fora do Estado do Espírito Santo, participando de seminários, encontros e visitas, no intuito de reforçar a presença da



BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Princesa Isabel, 574 - Bloco B, 9º andar - Centro - Vitória - ES

CNPJ: 28.127.603/0001-78

www.banestes.com.br

Instituição principalmente junto a investidores institucionais. No encerramento do trimestre, o volume total de recursos sob gestão era superior a R\$ 7,5 bilhões. O lucro líquido apurado no trimestre foi de R\$ 4 milhões, um crescimento de 26,0% em relação ao resultado do mesmo período do ano anterior. Considerando o resultado consolidado da BANESTES DTVM e da sua controlada, a BANESTES Corretora, o lucro líquido foi de R\$ 14 milhões no período.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores do BANESTES, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao terceiro trimestre de 2024.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

De acordo com a Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários, o BANESTES informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 1º de abril de 2022, via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o BANESTES se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no terceiro trimestre de 2024.

AGRADECIMENTOS

A Administração do BANESTES agradece aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros que empreendem esforço contínuo e acreditam na Instituição, tornando possível a construção de um Banco cada vez mais sólido e rentável, alinhado às expectativas da sociedade capixaba.

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	2
2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	3
3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	4
4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	6

1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	30/09/2024	31/12/2023
Disponibilidades e Reservas no Banco Central	9	1.280.778	1.264.095
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através do Resultado	5-7-10	372.002	423.311
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas	5-7-10	7.281.667	19.926.725
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		7.281.667	19.926.725
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas	5-8-10-11	26.980.301	18.378.519
Créditos a Instituições Financeiras		12.814.507	2.599.165
Empréstimos e Recebíveis		10.642.694	9.039.165
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		3.523.100	6.740.189
Operações de Seguros		27.556	25.556
Outros Ativos	13	642.422	621.621
Ativos Fiscais Diferidos	12	312.574	328.940
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	52.879	63.819
Ativos Imobilizados e de Arrendamentos	15	160.756	163.741
Ativos Intangíveis	16	366.674	216.673
Total do Ativo		37.477.609	41.413.000

PASSIVO	Notas	30/09/2024	31/12/2023
Recursos de Instituições Financeiras - Ao Custo Amortizado	7-8-17	9.049.841	14.642.959
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	7-8-18	23.267.648	22.383.278
Títulos de Dívida Emitidos - Ao Custo Amortizado	7-8-19	1.012.847	679.925
Passivos de Impostos Correntes		17.640	3.252
Passivos de Operações de Seguros		3.749	2.373
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	22a	14.424	16.991
Passivos para Sinistros Ocorridos	22b	44.067	39.665
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	22c	11.515	8.951
Provisões	20	171.627	176.006
Outros Passivos	21	1.572.316	1.301.389
Passivos Fiscais Diferidos	12a	37.062	37.393
Patrimônio Líquido			
Capital Social	36	1.600.000	1.600.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(11.900)	(6.116)
Reservas de Lucros		571.482	526.934
Lucros/Prejuízos Acumulados		115.291	-
Patrimônio Líquido atribuído aos:			
Acionistas Controladores		2.274.873	2.120.818
Total do Patrimônio Líquido		2.274.873	2.120.818
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		37.477.609	41.413.000

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Trimestre		Acumulado	
		30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Receitas Financeiras		1.097.788	1.356.804	3.488.091	3.846.240
Despesas Financeiras		(730.847)	(977.552)	(2.413.630)	(2.781.224)
Margem Financeira	23	366.941	379.252	1.074.461	1.065.016
Receitas de Prestação de Serviços e Comissões		89.930	81.577	257.845	248.644
Despesas de Prestação de Serviços e Comissões		(42.563)	(43.130)	(119.659)	(120.267)
Resultado de Prestação de Serviços e Comissões	24	47.367	38.447	138.186	128.377
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através do Resultado	25	-	93	1.054	(616)
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes	26	9.298	-	20.317	-
Resultado de Seguros e Previdência	27	22.127	38.579	90.720	113.789
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial	28	-	-	-	62
Resultado Líquido de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	29	32.088	(73.395)	(100.442)	(234.492)
Despesa de Pessoal	30	(131.174)	(120.277)	(386.320)	(353.755)
Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado		9.636	4.600	27.329	12.678
Provisões	31	(1.878)	(9.473)	(15.990)	(25.260)
Despesas Tributárias	32	(29.228)	(27.802)	(85.491)	(81.955)
Outras Despesas Administrativas	33	(96.804)	(82.244)	(295.394)	(239.859)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	34	(7.989)	(12.444)	(9.604)	(23.557)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		220.384	135.150	458.826	360.428
Impostos Correntes	12	(55.229)	(53.452)	(126.784)	(113.642)
Impostos Diferidos	12	(28.279)	6.090	(20.279)	9.354
Lucro Líquido do Período	35	136.876	87.788	311.763	256.140
Resultado do Período Atribuível aos:					
Acionistas Controladores		136.876	87.788	311.763	256.140
Quantidade de Ações Média em Circulação (em lote de Mil)		315.912	315.912	315.912	315.912
Ações Ordinárias		231.006	231.006	231.006	231.006
Ações Preferenciais		84.906	84.906	84.906	84.906
Resultado por Ação Básico e Diluído (em R\$)	35	0,43	0,28	0,99	0,81

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO
 Em milhares de reais

	Notas	Trimestre		Acumulado	
		30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Lucro Líquido do Período		136.876	87.788	311.763	256.140
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado					
10	10	8.310	9.569	(5.785)	10.200
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes	10	25.539	18.579	12.635	17.552
Ganhos (Perdas) Transferidos ao Resultado por Alienação		(9.298)	-	(20.317)	(9)
Efeito em Impostos	10	(7.931)	(9.010)	1.897	(7.343)
Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquidos dos Impostos		8.310	9.569	(5.785)	10.200
Resultado Abrangente do Período		145.186	97.357	305.978	266.340
Resultado Abrangente do Período Atribuível aos:					
Acionistas Controladores		145.186	97.357	305.978	266.340

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.600.000	403.453	(11.033)	-	1.992.420
Transações de Capital com os Sócios	-	(57.000)	-	(95.228)	(152.228)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	(57.000)	-	(95.228)	(152.228)
Resultado Abrangente Total	-	-	10.200	256.140	266.340
Lucro Líquido do Período	-	-	-	256.140	256.140
Outros Resultados Abrangentes	-	-	10.200	-	10.200
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	10.200	-	10.200
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	94.105	-	(94.105)	-
Constituição de Reservas	-	94.105	-	(94.105)	-
Saldos Finais em 30 de setembro de 2023	1.600.000	440.558	(833)	66.807	2.106.532

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.600.000	526.934	(6.116)	-	2.120.818
Transações de Capital com os Sócios	-	(58.000)	-	(93.924)	(151.924)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	(58.000)	-	(93.924)	(151.924)
Resultado Abrangente Total	-	-	(5.784)	311.763	305.979
Lucro Líquido do Período	-	-	-	311.763	311.763
Outros Resultados Abrangentes	-	-	(5.784)	-	(5.784)
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	(5.784)	-	(5.784)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	102.548	-	(102.548)	-
Constituição de Reservas	-	102.548	-	(102.548)	-
Saldos Finais em 30 de setembro de 2024	1.600.000	571.482	(11.900)	115.291	2.274.873

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO
 Em milhares de reais

	Notas	Acumulado	
		30/09/2024	30/09/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Caixa Líquido Proveniente de Atividades Operacionais		(9.540.167)	819.523
Lucro Líquido do Período Ajustado		(1.157.355)	(1.563.290)
Lucro Líquido do Período		311.763	256.140
Ajustes ao Lucro		(1.469.118)	(1.819.430)
Depreciação e Amortização	15-16	77.345	59.553
Resultado líquido de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros		100.442	234.492
Ajuste no Resultado de Ativos Mensurados a Valor Justo através do Resultado		-	(180)
Ajuste de Receitas Financeiras em Ativos Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		(1.306.389)	(1.584.249)
Ajuste de Receitas Financeiras Mensurados ao Custo Amortizado		(493.574)	(636.211)
Ajuste Despesa de Juros de Arrendamento		5.157	3.466
Ajuste de Provisão - Passivos Trabalhistas, Civil e Fiscais		15.806	25.254
Ajuste de Provisão - Outras		(14.868)	(25.843)
Despesas de Impostos Correntes		126.784	113.642
Despesas com Impostos Diferidos		20.279	(9.354)
Varição Líquida nos Ativos e Passivos		(8.382.812)	2.382.813
Crédito a Instituições Financeiras - Custo Amortizado		(2.524.935)	(88.594)
Reservas no Banco Central		12.060	(674.667)
Aumento/Redução de Instrumentos de Dívida e Patrimônio		55.456	(49.279)
Empréstimos e Recebíveis		(1.700.595)	(1.380.281)
Operações de Seguros		(2.000)	(7.900)
Outros Ativos		(16.230)	(120.591)
Depósitos de Clientes		884.371	2.344.512
Recursos de Instituições Financeiras		(5.593.117)	2.136.913
Títulos de Dívida Emitidos		332.922	203.785
Impostos Pagos		(116.640)	(87.088)
Passivos de Operações de Seguros		1.376	723
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros		(2.567)	(3.951)
Passivos para Sinistros Ocorridos		4.402	(3.113)
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos		2.564	(6.254)
Passivo de Arrendamento		(12.815)	(8.158)
Outros Passivos e Provisões		292.936	126.756
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Caixa Líquido Proveniente das (Utilizado nas) Atividades de Investimento		17.418.041	(1.932.220)
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		(183.997)	(3.544.325)
Alienação de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		13.992.757	822.912
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(397.747)	(208.685)
Resgate de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		3.983.307	769.485
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	(35.959)	(21.655)
Baixa de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	35.257	21.853
Aquisição de Ativos de Arrendamento	15	(17.110)	(16.472)
Baixa de Ativos de Arrendamento	15	2.321	3.159
Aquisição de Ativos Imobilizados	15	(53.660)	(60.157)
Baixa de Ativos Imobilizados	15	36.700	31.952
Aquisição de Ativos Intangíveis	16	(192.653)	(58.333)

Baixa de Ativos Intangíveis	16	41	37
Juros Recebidos		248.784	328.009
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamento		(158.724)	(151.227)
Juros Sobre o Capital Próprios Pagos		(100.724)	(151.227)
Dividendos pagos		(58.000)	-
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		7.719.150	(1.263.924)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	1.814.140	4.466.252
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	9.533.290	3.202.328

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	9
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	11
4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS	26
5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	28
6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS	39
7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS	41
8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	41
9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL	42
10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	42
11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	45
12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	47
13. OUTROS ATIVOS	48
14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	49
15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS	49
16. ATIVOS INTANGÍVEIS	50
17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO	50
18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO	51
19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO	51
20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	51
21. OUTROS PASSIVOS	53
22. OPERAÇÕES DE SEGUROS	54
23. MARGEM FINANCEIRA	55
24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	56
25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO	56
26. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	56
27. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	57
28. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO E VARIAÇÃO CAMBIAL	57
29. RESULTADO DE PERDAS COM <i>IMPAIRMENT</i> DE ATIVOS FINANCEIROS	57
30. DESPESAS DE PESSOAL	57
31. PROVISÕES	58
32. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	58
33. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	58
34. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS	59
35. RESULTADO POR AÇÃO	59
36. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	59
37. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	61
38. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	62
39. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	63
40. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	64

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS
Referente ao Período findo em 30 de setembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo (“BANESTES”, “Banco”, “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista constituída e domiciliada no Brasil. Organizado sob a forma de Banco Múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, câmbio, arrendamento mercantil e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., atua ainda nos ramos de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros. Em setembro de 2024, o BANESTES S.A. constituiu uma subsidiária integral para exploração de serviço público de loteria a BANESTES Loteria S.A. que está em fase pré-operacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- a. **Base de preparação** - As demonstrações financeiras consolidadas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB) referentes ao semestre encerrado em 30 de setembro de 2024 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, em atendimento à Resolução n.º 4.818/2020, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a elaboração dessas demonstrações. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 11 de novembro de 2024 (Nota 42).
- b. **Moeda Funcional e de Apresentação** - As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Sistema Financeiro BANESTES. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.
- c. **Base para Consolidação**
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., de suas empresas controladas diretas e indiretas.

Empresas Controladas são instituições nas quais o BANESTES exerce controle; essa possibilidade é presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto na investida ou, ainda poderá existir controle quando o Banco possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades.

No caso do BANESTES, as empresas controladas são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as instituições. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação%	
			30/09/2024	30/09/2023
Entidades Financeiras no País				
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100%	100%
Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País				
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100%	100%
Entidades Não Financeiras no País				
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg.Prev. e Capitalização	Integral	99,99%	99,99%
BANESTES Loteria S.A. *	Casa Lotérica	Integral	100%	-

*A BANESTES Loteria S.A. foi constituída pelo BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em Setembro de 2024. A BANESTES Loteria ainda não iniciou as suas atividades.

d. Adoção de Novas Normas e Interpretações – a partir de 01 de janeiro de 2024 as seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez:

- **Alterações ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras"**: uma das alterações tem como objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. Outra alteração foi realizada para requerer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumerizem os requerimentos das normas IFRS. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e não há impacto para o BANESTES.
- **Alteração ao IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros**: Evidenciação: O IASB passa a exigir que as entidades forneçam informações sobre acordos financeiros com fornecedores, permitindo que os usuários das demonstrações financeiras avaliem seus efeitos no passivo, nos fluxos de caixa e na exposição ao risco de liquidez. Essa alteração entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras.
- **Alteração ao IFRS 16 – Arrendamentos**: Esclarece os critérios adotados pelo vendedor-arrendatário na avaliação da responsabilidade de locação originada de uma transação de sale and leaseback, assegurando que o vendedor-arrendatário não registre qualquer valor do ganho ou perda associados ao direito de uso mantido. A alteração entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras.
- **IFRS 17 - Contratos de Seguros**: IFRS 17 - Contratos de Seguros: A partir de 1º de janeiro de 2023 o SFB adotou o Pronunciamento IFRS 17, que substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguros e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O Banestes avaliou e concluiu que o impacto da adoção da IFRS 17 é imaterial.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco

e. Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes em Vigor em Exercícios Futuros

- **IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis**: A falta de conversibilidade de uma moeda pode tornar desafiador determinar uma taxa de câmbio apropriada. Essa falta de conversibilidade é muitas vezes resultado de controles cambiais governamentais que restringem a troca ou volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entenderem os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banestes está atualmente avaliando os impactos que essa alteração terá.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 traz consigo a introdução de novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Além disso, requer a divulgação em explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Essas alterações entram em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do SFB.

a. Transações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são atualizados para Reais (R\$) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado como “Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial”.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

O SFB define caixa e equivalentes de caixa como as disponibilidades (que compreendem caixa e contas correntes em bancos) e as aplicações interfinanceiras de liquidez (posição bancada com conversibilidade imediata), com vencimentos originais em até três meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gestão de caixa.

As receitas de juros das aplicações interfinanceiras de liquidez são reconhecidas no resultado como “Receitas Financeiras”.

c. Ativos e Passivos Financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

c.1. Reconhecimento inicial

• Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SFB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os créditos a clientes são reconhecidos quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SFB.

• Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da categoria em que foram classificados.

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais (analisados através da aplicação de teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado pelo SFB no gerenciamento de seus instrumentos.

• Avaliação do modelo de negócio

O grupo realiza a avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a

estratégia da administração tem foco na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxas de juros, a correspondência entre a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou realização dos fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo de todos os ativos do grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com o desempenho avaliados com base no valor justo são mensurados com base no valor justo por meio do resultado.

- **Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo para obter fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamento de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera a redução ao valor recuperável de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial).

2. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos

que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SFB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

O SFB designou ao valor justo através de outros resultados abrangentes instrumentos de patrimônio representados por cotas de fundos de investimentos. O valor justo desses investimentos é de R\$ 34.759 em 30 de setembro de 2024 (R\$ 21.569 em 30 de setembro de 2023).

3. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado da redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados na demonstração consolidada do resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na Nota 3.e.

4. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos ao valor justo através do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

Além disso, de acordo com o IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período a medida em que são apurados.

c.3. Reclassificação de instrumentos financeiros

O SFB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Não houve reclassificação de ativos e passivos financeiros no período.

c.4. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

1. Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SFB transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou (ii) o SFB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido.

Além disso, o desreconhecimento é feito pelo SFB quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, momento em que, substancialmente, se esgota todos os esforços de recuperação.

2. Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O SFB reconhece a provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como "instrumentos financeiros". Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a *impairment* de acordo com o IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do SFB para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na Nota 5.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na Nota 5.

O SFB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na Nota 5.

Baseado nesse processo, o SFB distribui seus ativos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: instrumentos financeiros ativos que não tiveram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: instrumentos financeiros ativos que tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos (inadimplentes). O SFB registra uma provisão para PE Vida.

d.2. Cálculo das perdas esperadas

O SFB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperado. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- (i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- (ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.
- (iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na Nota 5.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- (i) Estágio 1: O SFB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada.
- (ii) Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SFB reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs são estimadas ao longo da vida do instrumento.
- (iii) Estágio 3: para operações consideradas como ativos problemáticos, o SFB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.
- (iv) Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SFB estima a parcela do limite concedido que será utilizado em 12 meses. A PE é então baseada no valor esperado de utilização dos limites concedidos aos clientes.

d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial

Dentre os produtos do SFB inclui a concessão de limites de crédito pela emissão de cartões de crédito e cheque especial, onde o SFB possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O SFB não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do SFB em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

A taxa de juros utilizada para descontar a PE de cartões de crédito é baseada na taxa de juros média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade a cada mês e, conseqüentemente, não terão juros cobrados.

d.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o SFB utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, sendo elas:

- (i) IPCA;
- (ii) SELIC; e
- (iii) Percentual de operações em atraso no Sistema Financeiro Nacional.

O SFB realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de

crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O SFB considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

d.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio* – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o SFB utiliza classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O SFB pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o SFB considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, o IFRS 9 determina que o critério para reconhecer perdas esperadas de crédito para a vida inteira não é atendido se o risco de crédito do ativo seja baixo. Quando o ativo deixa de ter um baixo risco de crédito, os requisitos gerais para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito são aplicáveis.

e. Ativos Não Correntes Mantidos para Venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de bens cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Especificamente, imóveis ou outros ativos não correntes recebidos pelo SFB, em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores, são considerados como ativos não correntes destinados à venda e sua alienação ocorre com a execução de leilões.

Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

As desvalorizações dos bens destinados à venda, como resultado de perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas como “Outras Despesas” no resultado. As valorizações decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às desvalorizações previamente reconhecidas, inclusive aquelas por redução ao valor recuperável anterior à classificação como “Ativos Não Correntes Mantidos para Venda”.

f. Ativos Imobilizados

f.1. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de avaliação menos a depreciação acumulada e redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. *Software* adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado como “Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado”.

f.2. Custos Subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o SFB e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos em contrapartida ao resultado à medida que são incorridos.

f.3. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2024 e 2023
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Contratos de direito de uso (Arrendamentos)	De acordo com o prazo dos contratos (3 a 20 anos)

g. Ativos Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física. São decorrentes basicamente da aquisição de *softwares* que são capazes de gerar benefícios econômicos para o SFB. Esses *softwares* são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente na demonstração consolidada do resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo SFB é de cinco anos.

h. Operações de Arrendamento

h.1 Arrendatário

Identificação de arrendamento

Na celebração de um contrato, o BANESTES deve avaliar se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

Prazo do arrendamento

Para a mensuração do ativo e passivo de arrendamento, o BANESTES determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável desse arrendamento, juntamente com:

- Períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o BANESTES estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

Mensuração inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente.

O direito de uso é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo BANESTES; e
- A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

O BANESTES utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no BANESTES, pelo seu custo de financiamento (*funding*).

Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Expediente prático de reconhecimento do arrendamento

O BANESTES optou, conforme permitido pelo IFRS 16, por não aplicar os requisitos de reconhecimento para contratos de arrendamento que possuem as seguintes condições:

- Contratos de curto prazo (até 12 meses); e
- Contratos em que o ativo subjacente individual é de baixo valor.

Os pagamentos desses contratos são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

h.2 Arrendador

Nos contratos em que o BANESTES é o arrendador, realiza-se o reconhecimento inicial dos ativos na conta de “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado – Empréstimos e Recebíveis” do balanço patrimonial consolidado pelo valor equivalente aos investimentos líquidos dos arrendamentos.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido. Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados periodicamente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida em contrapartida à demonstração consolidada do resultado imediatamente.

i. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros, exceto ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para unidades geradoras de caixa que contenham intangíveis sem vida útil, não disponíveis para uso ou ágio, têm o seu valor recuperável calculado ao menos uma vez por ano de forma consistente.

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Outras Receitas/ Outras Despesas”. As perdas por *impairment* reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

No terceiro trimestre de 2024, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos softwares registrados no patrimônio da Instituição

j. Recursos de Instituições Financeiras, Depósitos e Títulos Emitidos

Os recursos de Instituições Financeiras, depósitos e os títulos emitidos são as principais fontes com que o SFB conta para financiamento de suas operações.

Os depósitos e os títulos emitidos são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

k. Operações de Seguros

Os contratos de seguro emitidos pela Seguradora, sob a ótica do IFRS 17 referem-se a contratos de seguros, contratos de resseguros cedidos. Esses contratos, de acordo com o disposto no normativo IFRS 17, deverão ser mensurados. Segundo a definição da Norma, um contrato de seguro é um acordo pelo qual a entidade aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o titular da apólice caso um determinado evento futuro incerto (o evento segurado) afete adversamente o titular da apólice. O risco de seguro, conforme definido pela norma, é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor.

A composição da carteira de produtos de seguros está segregada em:

- Carteira de Danos: composta por seguros com vigência de até 12 meses como Riscos Diversos, Compreensivo Residencial, Compreensivo Empresarial e Grupo Automóvel.
- Carteira de Pessoas:
 - Seguros de Curto Prazo: abrange os produtos das carteiras de Acidentes Pessoais Individual e Prestamista Individual.
 - Seguros de Pessoas de Longo Prazo: composta por produtos coletivos, que possuem faturamento mensal, como o Seguro de Vida e Seguro Prestamista.

l. Nível de agregação

Para realizar a agregação dos contratos de seguros, exigência definida no Normativo IFRS17, a Seguradora realizou a agregação dos seus contratos de seguros considerando a semelhança dos riscos e ainda, serem administrados em conjunto. Esses níveis de agregação foram então segregados por safras trimestrais. Posteriormente segregou os grupos de contratos em contratos lucrativos no reconhecimento inicial, que não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente e um grupo de contratos restantes, se houver.

m. Reconhecimento do contrato

A Seguradora reconhece um grupo de contratos de seguro que emitir a partir do que ocorrer primeiro entre:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data de quando o primeiro pagamento de um titular da apólice do grupo vencer;
- para um grupo de contratos onerosos, quando o grupo se torna oneroso.

Obedecidos os critérios de reconhecimento, os novos contratos são reconhecidos dentro do período das demonstrações financeiras.

n. Mensuração

A metodologia selecionada para a mensuração dos contratos de seguros da BANESTES Seguros, para a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – Liability for Remaining Coverege), foi a Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA), conhecida como abordagem simplificada. Sob esta abordagem, dispensa-se a projeção da melhor estimativa dos fluxos de caixa dos passivos e assume-se uma abordagem de diferimento linear pro rata dos passivos, para os graus de agregação de Riscos Diversos, Automóvel e Pessoas Individual. Para o grupo de Vida Coletivo e Prestamista foi adotada a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – Liability for Remaining Coverege), foi o Modelo Geral (BBA).

Esses critérios foram escolhidos, dado as características de vigências dos riscos, similaridades das carteiras e teste de onerosidade, uma vez que a Seguradora trabalha com apólices anuais e plurianuais.

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é calculado pelos prêmios recebidos na data do reconhecimento inicial e a Seguradora elegerá reconhecer os fluxos de caixa de aquisição de seguros como despesas quando incorridos.

Posteriormente, o valor contábil do Passivo para Cobertura Remanescente é adicionado os prêmios recebidos no período, diminuído pelo valor reconhecido como receita de seguros para serviços prestados; diminuído pelos fluxos de caixa de custos de aquisição de seguros e acrescido de quaisquer valores relativos à amortização de custos de aquisição reconhecidos como uma despesa.

A BANESTES Seguros espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prêmio relacionado não seja superior a um ano. Consequentemente, conforme permitido pela IFRS17, a Seguradora ajusta o passivo pela cobertura remanescente de forma a refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro, considerando também os efeitos do prêmio de liquidez.

A Companhia efetuou testes de onerosidade com base em dados históricos e não foram observados portfólios de contratos potencialmente onerosos.

Para os contratos de resseguro será adotada as mesmas políticas contábeis para calcular um grupo de contratos de resseguro, sendo que na data de apresentação do reconhecimento inicial acrescido os valores de Prêmios de Resseguros Líquidos de Comissões a Pagar, diminuído dos valores do ativo de cobertura remanescente (Resseguro Diferido) e posteriormente, o valor contábil do Passivo de Contratos de Resseguros Mantidos, será acrescido das despesas reconhecidas de prêmios de resseguros líquidos de comissões e diminuídos dos prêmios de resseguros líquido de comissões pagos.

Será reconhecido o Passivo para Sinistros Ocorridos (LIC – Liability for Incurred Claims) de um grupo de contratos pelo valor dos fluxos de caixa realizado relacionados aos sinistros incorridos, ou seja, é definido como as obrigações decorrentes da investigação e pagamento de sinistros válidos associados a eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais as reclamações não foram relatadas, e outras despesas de seguro incorridas.

o. Taxa de desconto

Tendo como propósito ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo, a Seguradora adota as curvas livres de riscos (ETTJ) divulgada pela Superintendência de Seguros Privados, acrescida do prêmio de liquidez das aplicações financeiras, excluindo os efeitos do risco não financeiro relacionados aos fluxos de caixa. Nesse cenário, a Seguradora definiu pela utilização da abordagem bottom-up.

p. Ajuste de risco

A Seguradora ajusta a sua estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a remuneração que ela requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A metodologia utilizada pela Seguradora, para os seguros de pessoas, partiu da adoção de modelos estocásticos através da simulação de múltiplos cenários para se obter o Best Estimate Liability (BEL) de 52,44%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 65,92%, enquanto que para os seguros de danos o Best Estimate Liability (BEL) obtido foi de 72,70%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 80,42%.

q. Margem de serviço contratual

Ocorre o reconhecimento da Margem de Serviço Contratual (CSM) de cada período, tendo o seu reconhecimento em cada unidade de cobertura, registrando a Margem de Serviço Contratual no final de cada período. Esse resultado é contabilizado considerando a poderação pelo fator de exposição ao risco.

APURAÇÃO DO PASSIVO DE SINISTROS OCORRIDOS (LIC)

As diretrizes do IFRS 17, dispõe que o Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC) estimado deve ser constituído por dois componentes:

- i) Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa;
- ii) Descontos;
- iii) Ajuste para o Risco Não Financeiro;
- iv) Margem de Serviço Contratual

A Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa compreende a projeção das obrigações decorrentes dos contratos de seguros utilizando todas as

informações e premissas mais atualizadas à disposição. Os descontos referem-se ao cálculo para trazer a valor presente os fluxos de obrigações. Já o Ajuste para o Risco Não Financeiro se refere à remuneração que a entidade exige para arcar com a incerteza sobre o valor e/ou momento dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro (margem de solvência). A Margem de Serviço Contratual representa o lucro não auferido que a entidade reconhecerá no resultado à medida que os serviços forem prestados.

Fluxo de Caixa de Sinistros Ocorridos

As obrigações decorrentes de sinistros ocorridos representam a soma dos sinistros já avisados e dos não avisados e, dessa forma, estimados pela companhia na data-base do cálculo, ou simplesmente os sinistros ocorridos que ainda não foram pagos. Na presente metodologia, optamos por utilizar o método de triângulos de run-off de ocorrência por pagamento dos sinistros e, desta forma, calcular a melhor estimativa dos sinistros finais ocorridos e não pagos (IBNP - Incurred But Not Paid). Este método fundamenta suas aplicações na possibilidade de verificar o desenvolvimento de sinistros estimando o comportamento dos mesmos a partir da experiência da própria Seguradora.

Fluxo de Caixa de Despesas Alocáveis (ALAE)

A mesma metodologia descrita acima para os fluxos de sinistros ocorridos é utilizada para a estimação dos fluxos de caixa associados às despesas alocáveis (ALAE). Substituem-se apenas os montantes de sinistros pagos pelo montante de despesas pagas nos triângulos de desenvolvimento.

Estrutura a Termo da Taxas de Juros

A norma IFRS 17, estabelece que as entidades seguradoras deverão ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estão incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa.

As curvas de juros utilizadas devem:

- refletir o valor do dinheiro no tempo, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;
- ser consistente com os preços de mercado atuais observáveis (se houver) para instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características são consistentes com os dos contratos de seguro, como, por exemplo, tempo, moeda e liquidez; e
- excluir o efeito de fatores que influenciam os preços observáveis de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Dadas as condições apresentadas, o normativo permite duas abordagens diferentes para construção das curvas de juros, que em teoria, embora não necessariamente na prática, produzem resultados equivalentes. As duas abordagens são referidas como top-down e bottom-up.

Curvas livres de risco totalmente líquidas são o ponto de partida da abordagem bottom-up. O normativo não define explicitamente a base para derivar a curva livre de risco. No entanto, faz referência a instrumentos negociados que contêm níveis insignificantes de risco de crédito, são altamente líquidos, com preços confiáveis e cubram uma ampla gama de vencimentos, incluindo durações e prazos mais longos. Os dois instrumentos mais comuns com essas características são os títulos do governo ou swaps interbancários. O aspecto mais desafiador dessa abordagem provavelmente é o cálculo do ajuste pelo prêmio de iliquidez estimados a partir de portfólio de ativos e posteriormente trasladados para a curva de desconto dos passivos. Esse ajuste de iliquidez é necessário dado que portfólios de contratos de seguro são significativamente menos líquidos do que títulos públicos ou swaps interbancários.

O ponto de partida da abordagem top-down, por outro lado, são os ativos garantidores dos portfólios de contratos da companhia. Preços de mercado dos ativos garantidores são, geralmente, facilmente observáveis, sendo possível, dessa forma, inferir a rentabilidade efetiva da carteira usando um cálculo de taxa interna de retorno aplicado aos fluxos de caixa contratuais. No entanto, essa curva projetada provavelmente não será adequada para o desconto dos passivos segundo o normativo, uma vez que os instrumentos financeiros utilizados como ativos garantidores podem ser diversos e possuir spreads de risco de crédito variados (considerando que esses ativos não são livres de risco e suas rentabilidades devem conter um prêmio pelo risco de contraparte). O prêmio pelo risco de crédito dos títulos, portanto, deveria ser expurgado da curva de desconto para que fosse elegível para descontar a melhor estimativa dos passivos. Esse ajuste pelo risco de crédito, no entanto, não é trivial e constitui o aspecto mais desafiador para a aplicação da abordagem top-down.

No caso do mercado brasileiro, considerando que curvas livres de risco são disponibilizadas pelo Regulador, a abordagem bottom-up tende a ser mais vantajosa para as seguradoras, uma vez que basta adicionar o ajuste pelo prêmio de iliquidez sobre a curva livre de risco. Por outro lado, a utilização da abordagem top-down seria mais trabalhosa, visto que é necessário primeiramente derivar uma curva de juros baseadas nos preços de mercado do portfólio de ativos garantidores do segurador, para depois realizar os necessários ajustes para expurgo dos efeitos do risco de crédito.

Optou-se, portanto, pela utilização da abordagem bottom-up, tendo como ponto de partida a curva de juros nominal pré-fixada divulgada pelo Regulador.

A Seguradora definiu que as estimativas do passivo de sinistros ocorridos (LIC), serão calculadas segregadas em portfólios, considerando também o prêmio de liquidez, quando aplicável.

Nível de Agregação

Para realizar a agregação dos contratos de seguros, exigência definida no Normativo IFRS17, a Seguradora realizou a agregação dos seus contratos de seguros considerando a semelhança dos riscos e ainda, serem administrados em conjunto. Esses níveis de agregação foram então segregados por safras trimestrais. Posteriormente segregou os grupos de contratos em contratos lucrativos no reconhecimento inicial, que não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente e um grupo de contratos restantes, se houver.

Reconhecimento do Contrato

A Seguradora reconhece um grupo de contratos de seguro que emitir a partir do que ocorrer primeiro entre:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data de quando o primeiro pagamento de um titular da apólice do grupo vencer;
- para um grupo de contratos onerosos, quando o grupo se torna oneroso.

Obedecidos os critérios de reconhecimento, os novos contratos são reconhecidos dentro do período das demonstrações financeiras.

Mensuração

A metodologia selecionada para a mensuração dos contratos de seguros da BANESTES Seguros, para a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – Liability for Remaining Coverege), foi a Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA), conhecida como abordagem simplificada. Sob esta abordagem, dispensa-se a projeção da melhor estimativa dos fluxos de caixa dos passivos e assume-se uma abordagem de diferimento linear pro rata dos passivos, para os graus de agregação de Riscos Diversos, Automóvel e Pessoas Individual. Para o grupo de Vida Coletivo e Prestamista foi adotada a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – Liability for Remaining Coverege), foi o Modelo Geral (BBA).

Esses critérios foram escolhidos, dado as características de vigências dos riscos, similaridades das carteiras e teste de onerosidade, uma vez que a Seguradora trabalha com apólices anuais e plurianuais.

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é calculado pelos prêmios recebidos na data do reconhecimento inicial e a Seguradora elegerá reconhecer os fluxos de caixa de aquisição de seguros como despesas quando incorridos.

Posteriormente, o valor contábil do Passivo para Cobertura Remanescente é adicionado os prêmios recebidos no período, diminuído pelo valor reconhecido como receita de seguros para serviços prestados; diminuído pelos fluxos de caixa de custos de aquisição de seguros e acrescido de quaisquer valores relativos à amortização de custos de aquisição reconhecidos como uma despesa.

A BANESTES Seguros espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prêmio relacionado não seja superior a um ano. Consequentemente, conforme permitido pela IFRS17, a Seguradora ajusta o passivo pela cobertura remanescente de forma a refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro, considerando também os efeitos do prêmio de liquidez.

A Companhia efetuou testes de onerosidade com base em dados históricos da Banestes Seguros e não foram observados portfólios de contratos potencialmente onerosos.

Para os contratos de resseguro será adotada as mesmas políticas contábeis para calcular um grupo de contratos de resseguro, sendo que na data de apresentação do reconhecimento inicial acrescido os valores de Prêmios de Resseguros Líquidos de Comissões a Pagar, diminuído dos valores do ativo de cobertura remanescente (Resseguro Diferido) e posteriormente, o valor contábil do Passivo de Contratos de Resseguros Mantidos, será acrescido das despesas reconhecidas de prêmios de resseguros líquidos de comissões e diminuídos dos prêmios de resseguros líquido de comissões pagos.

Será reconhecido o Passivo para Sinistros Ocorridos (LIC – Liability for Incurred Claims) de um grupo de contratos pelo valor dos fluxos de caixa realizado relacionados aos sinistros incorridos, ou seja, é definido como as obrigações decorrentes da investigação e pagamento de sinistros válidos associados a eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais as reclamações não foram relatadas, e outras despesas de seguro incorridas.

Taxa de desconto

Tendo como propósito ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo, a Seguradora adota as curvas livres de riscos (ETTJ) divulgada pela Superintendência de Seguros Privados, acrescida do prêmio de liquidez das aplicações financeiras, excluindo os efeitos do risco não financeiro relacionados aos fluxos de caixa. Nesse cenário, a Seguradora definiu pela utilização da abordagem bottom-up.

Ajuste de Risco

A Seguradora ajusta a sua estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a remuneração que ela requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A metodologia utilizada pela Seguradora, partiu da adoção de modelos estocásticos através da simulação de múltiplos cenários para se obter o Best Estimate Liability (BEL) de 51,46%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 65,23%.

Margem de Serviço Contratual

Ocorre o reconhecimento da Margem de Serviço Contratual (CSM) de cada período, tendo o seu reconhecimento em cada unidade de cobertura, registrando a Margem de Serviço Contratual no final de cada período. Esse resultado é contabilizado considerando a ponderação pelo fator de exposição ao risco.

I. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Provisões são reconhecidas quando for provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação legal ou presumida, que tenha surgido como resultado de acontecimentos passados, e para a qual uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser calculada.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que decorrem de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. São também considerados passivos contingentes as obrigações presentes decorrentes de eventos passados, mas não reconhecidas em função de não ser provável que um fluxo de saída seja exigido para liquidar tais obrigações, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são divulgados, a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

Ativos contingentes são direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando a Administração do SFB entende que sua realização é praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é virtualmente certa ou provável, que devam ser divulgados.

m. Garantias Financeiras

O SFB emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal de seus negócios bancários. Os passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira e reconhecido na demonstração consolidada do resultado como “Receitas de Prestação de Serviços e Comissões”.

Após a emissão dessas garantias, se, com base na melhor estimativa, a Administração concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida

por tal valor e classificada em “Provisões”.

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 30 de setembro de 2024, foram constituídas provisões para as garantias financeiras no valor de R\$ 37 (R\$ 13 em 30 de setembro de 2023).

n. Benefícios a Empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Instituição, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem:

n.1. Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

n.2. Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo, benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós emprego. Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pelo SFB de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como “Despesas de Pessoal” na demonstração consolidada do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na Nota 38.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

O IAS 19 que trata de benefícios a empregados, estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego com a extinção do método do corredor no registro da obrigação dos planos, prevendo o reconhecimento integral de passivo líquido decorrente de benefícios definidos, em contrapartida de conta do patrimônio líquido, pertencente ao grupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

n.3. Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

n.4. Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

- (a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou
- (b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

o. Receitas e Despesas de Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração consolidada do resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos de transação, descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

p. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o SFB fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

q. Impostos sobre o Lucro

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 20% para instituições financeiras, 15% para setores segurador e distribuidor e 9% para controladas não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (Nota 12).

A Emenda Constitucional n.º 103/2019, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A Lei n.º 14.446/2022 (conversão da MP 1.115/2022) elevou para 21% a alíquota da CSLL para o setor bancário, e para 16% para os setores segurador e distribuidor, no período compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, retornando às alíquotas de 20% e 15% respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2023.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda corrente e contribuição social é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

r. Outros Tributos

Outros tributos incidem sobre a receita transacional e são reconhecidos no resultado como "Outras Despesas", dentre os quais se destacam:

PIS e COFINS: contribuições sociais federais que, para as instituições financeiras, incidem sobre a receita líquida de juros, receita de prestação de serviços e outras receitas operacionais. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%;

ISS: imposto municipal incidente sobre as receitas de prestação de serviços. A alíquota varia de município para município e do tipo de serviço

prestado, sendo a mínima de 2% e a mais comum de 5%.

s. Patrimônio Líquido

O capital social do BANESTES, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias e preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não conferem direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens: prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital em caso de liquidação do Banco (sem prêmio); participação nos lucros distribuídos e pagamentos de juros sobre o capital próprio em igualdade com as ações ordinárias e direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle do BANESTES ao mesmo preço ofertado às ações de controle.

s.1. Custos de Emissão de Ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, deduzido de impostos, reduzindo o valor de mensuração inicial das ações.

s.2. Lucro por Ação

O BANESTES apresenta dados de lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do BANESTES pelo número médio de ações em circulação durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela instituição e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros emitidos pelo Sistema Financeiro BANESTES com efeito de diluição.

4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS

O SFB adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo período. Todas as estimativas e premissas necessárias de acordo com o IFRS são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos que estão divulgadas a seguir:

• Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem principalmente em ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base nas metodologias descritas na Nota 7.

• Provisão para Perdas Esperadas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA

A mensuração da provisão para perdas com créditos esperados para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer o uso de modelos complexos e hipóteses significativas sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Explicação das premissas e técnicas de estimativa utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada é mais detalhada na Nota 3.e.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Determinar critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos apropriados para a mensuração da perda de crédito esperada;

- Estabelecer o número e ponderações relativas a cenários prospectivos para cada tipo de produto e mercado relacionado a perda de crédito esperada; e
- Estabelecer grupo de ativos financeiros semelhantes para fins de mensuração da perda de crédito esperada.

O processo para determinar o nível de provisão para perda de crédito esperada exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) com empréstimos e adiantamento a clientes exige, por sua natureza, julgamentos e suposições com relação à carteira, tanto em bases individuais quanto em base coletiva. Na revisão da carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia é utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico é considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais que podem afetar essa determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamento a clientes incluem condições econômicas brasileiras gerais e experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, além de experiência recente de prejuízos, valores de garantias de uma operação de crédito, volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e recebíveis e quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e recebíveis ou confirmar a deterioração de crédito existente.

As provisões para *impairment* calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com *impairment* que não podem ser identificados individualmente. O BANESTES utiliza modelos para analisar as carteiras de crédito e determinar a provisão necessária para perdas, considerando fatores de perdas e outros indicadores de risco. Embora os modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamento sobre as informações.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por *impairment* reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados apresentados.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2024 o BANESTES efetuou a revisão da estimativa da provisão para risco de crédito, decorrente de novas informações disponíveis nesse período e da experiência adquirida ao longo dos últimos anos, desde a divulgação da Resolução CMN nº4.966/2021. Este processo de revisão considerou também a avaliação da perda esperada de crédito por especialistas contratados pela Administração, a revisão periódica do SFB dessas estimativas e avaliação das melhores práticas do mercado, bem como a evolução contínua dos processos do Banco. Dessa forma, o BANESTES revisitou premissas e critérios, tais como: ajustes nas regras de alocação em estágio 2 (incluindo regras de aumento significativo de risco) e estágio 3; aplicação da PD 12 meses em contratos rotativos em estágio 1 e 2; ajustes no cálculo de PD Vida; ajuste no cálculo de LGD para contratos de financiamento imobiliário.

Esta mudança não se relaciona com períodos anteriores. O montante do efeito da mudança da estimativa para período findo em 30 de setembro de 2024 é de R\$ 95.059.

• **Ativos Fiscais Diferidos**

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o SFB terá lucro tributável futuro em relação aos ativos fiscais diferidos que possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que o SFB terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do SFB é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

• **Provisões Técnicas de Seguros**

As provisões técnicas de seguros são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em um determinado momento no futuro, a favor dos segurados. Os benefícios futuros de apólices e sinistros incluem reservas para seguro de vida em grupo e individual, seguro contra acidentes, dentre outros.

O valor do passivo é determinado utilizando métodos atuariais baseados em histórico de pagamentos de sinistros para determinar a estimativa de passivos de sinistros. Os métodos para se determinar essas estimativas e estabelecer as provisões técnicas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos no resultado do respectivo período.

- **Provisões e Passivos Contingentes**

O SFB revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como “Provisões”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos, valores e probabilidades de perda.

- **Plano Benefício Pós-Emprego**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o UCP – Unidade de Crédito Projetada, ou PUC – *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO – *Projected Benefit Obligation*), líquido ativos dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedida anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, quando ocorrer

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução e Visão Geral

O BANESTES, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição. Essas políticas visam fortalecer a Governança Corporativa do Banco e adotar as melhores práticas de gerenciamento de riscos do mercado, estando sempre em conformidade com os requerimentos do Acordo de Basileia e aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN. Para conhecer mais sobre o processo, acesse o documento de Gerenciamento de Riscos no site de relações com investidores (<http://www.banestes.com.br/ri/index.html>), que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

Risco de Crédito

Crédito é definido como a expectativa de recebimento de uma quantia em dinheiro, dentro de um espaço de tempo previamente estabelecido. Em contrapartida, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à inadimplência do tomador ou contraparte, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O gerenciamento do risco de crédito é executado por áreas independentes das unidades de negócios e tem como objetivo gerar informações para as áreas envolvidas no processo de crédito.

Em atendimento ao artigo 7º da Resolução n.º 3.721, de 30/04/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o SFB instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito que é composta pela Diretoria de Riscos e Controle e Diretoria Jurídica e Administrativa, sendo a Diretoria de Riscos e Controle, a responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do SFB perante o Bacen.

Os processos existentes de classificação e análise de risco, administração, controle, avaliação e concessão de crédito são totalmente sistematizados, proporcionando entre outros benefícios, o acompanhamento e controle gerencial dos processos com agilidade, observando a segurança inerente à função de conceder crédito e ao mesmo tempo capaz de garantir a sustentabilidade da Instituição.

No que tange ao *impairment*, o SFB, através da análise de dados históricos do comportamento de atraso das operações de crédito, calcula a perda utilizando a média histórica dos cinco últimos anos, ajustadas para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, conforme descrito na Nota 3.e.2.

Essa média utilizada sobre as carteiras analisadas foi apurada considerando dados de forma massificada, além de dar tratamento especial aos clientes classificados como significativos.

Política de Crédito

A política de crédito tem como linha mestra ampliar a carteira de crédito, fixando regras que devem nortear o processo de concessão de crédito do Banco, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital, e aderente ao cenário econômico.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral, analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando assim as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do SFB, a partir da utilização de modelos de *Credit Scoring* avançados e atualizados, a adoção de processos de decisão ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meios de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico. Destacam-se, entre os fatores internos: resultado da análise da evolução da carteira, os níveis registrados de inadimplência, a qualidade da carteira, as margens e taxas de retorno, dentre outros; enquanto fatores externos são relacionados ao acompanhamento do ambiente macroeconômico do mercado.

A determinação dos níveis de provisões para potenciais perdas está adequada à exposição de risco em cada operação. As análises consideram os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, visando proteger a Instituição contra perdas decorrentes de crédito. As operações são avaliadas em função da classificação de risco do cliente/grupo econômico, ponderando garantias agregadas nas operações, a natureza e o tipo de operação, bem como de atrasos de pagamento que têm predominância sobre outros fatores para determinar a provisão final.

O SFB utiliza as garantias como uma forma de mitigação do risco de crédito, onde no processo de concessão é priorizado as garantias de maior liquidez, sendo elas responsáveis em assegurar plena liquidação do principal e dos encargos financeiros em caso de inadimplência.

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	30/09/2024	31/12/2023
Alienação Fiduciária	282.464	322.975
Aval/ Fiança/ Caução	28.442	33.205
Cessão/ Consignação	135.972	133.026
Hipoteca/ Penhor	125.619	55.443
Propriedade do Bem Móvel/ Imóvel	104	255
Total	572.601	544.904

(*) Todas as garantias estão avaliadas pelo Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Demonstramos no quadro abaixo os detalhes de ativos financeiros e não-financeiros obtidos pela tomada de posse de garantias mantidas como empréstimos e recebíveis, bem como a posição das garantias detidas no final do trimestre.

Os bens obtidos são registrados no balanço patrimonial na rubrica de "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda" (Nota 14) pelo valor justo do bem, de acordo com a expectativa de recuperação em função da venda do ativo, ou pelo valor contábil do contrato, dos dois o menor.

	30/09/2024	31/12/2023
Imóveis	42.329	56.228
Veículos	12.755	9.465
Outros	14	14
Subtotal	55.098	65.707
Provisão p/ Desvalorização	(2.219)	(1.888)
Valor Líquido	52.879	63.819

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais um *impairment* é reconhecido. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

Ativos financeiros ao VJORA	30/09/2024				31/12/2023			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Instrumento de Dívida e Patrimônio	7.292.705	-	-	7.292.705	19.937.678	-	-	19.937.678
Letras Fin. do Tesouro - LFT	5.863.781	-	-	5.863.781	18.178.726	-	-	18.178.726
Notas Fin. do Tesouro - NTN	195.857	-	-	195.857	208.812	-	-	208.812
Debêntures	1.168.639	-	-	1.168.639	1.480.740	-	-	1.480.740
Letras Financeiras	21.147	-	-	21.147	42.558	-	-	42.558
Cotas de Fundos	43.281	-	-	43.281	26.842	-	-	26.842
Total	7.292.705	-	-	7.292.705	19.937.678	-	-	19.937.678

Ativos financeiros ao custo amortizado	30/09/2024				31/12/2023			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	12.820.381	-	-	12.820.381	2.599.944	-	-	2.599.944
Aplicações no mercado aberto	12.492.674	-	-	12.492.674	1.656.332	-	-	1.656.332
Aplicações em depósitos interfinanceiros	327.707	-	-	327.707	943.612	-	-	943.612
Instrumento de Dívida e Patrimônio	3.524.972	-	-	3.524.972	6.743.865	-	-	6.743.865
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.586.610	-	-	1.586.610	4.796.743	-	-	4.796.743
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	493.379	-	-	493.379	505.100	-	-	505.100
Títulos da novação da dívida do FCVS - CVS	78.241	-	-	78.241	100.958	-	-	100.958
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	60.202	-	-	60.202	63.201	-	-	63.201
Debêntures	650.260	-	-	650.260	591.946	-	-	591.946
Letras financeiras	656.277	-	-	656.277	685.914	-	-	685.914
Outros	3	-	-	3	3	-	-	3
Créditos a clientes	10.237.963	333.343	522.080	11.093.386	7.159.920	1.969.337	399.444	9.528.701
Créditos a clientes	10.237.963	333.343	522.080	11.093.386	7.159.920	1.969.337	399.444	9.528.701
Riscos potenciais	168.140	40.817	241.734	450.691	75.556	216.785	197.194	489.535
Limites a clientes	168.140	40.817	241.734	450.691	75.556	216.785	197.194	489.535
Total	26.751.456	374.160	763.814	27.889.430	16.579.285	2.186.122	596.638	19.362.045
Exposição total	34.044.161	374.160	763.814	35.182.135	36.516.963	2.186.122	596.638	39.299.723
(-) Provisão para perdas de ativos financeiros	(175.887)	(40.817)	(241.734)	(458.438)	(80.012)	(216.785)	(197.194)	(493.991)
(=) Exposição líquida	33.868.274	333.343	522.080	34.723.697	36.436.951	1.969.337	399.444	38.805.732

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos avaliados a valor justo

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros avaliados a valor justo:

	30/09/2024	31/12/2023
Ativos financeiros ao VJR		
Instrumentos de Dívida	372.002	423.311
Cotas de fundos de investimento	372.002	423.311
Instrumentos de patrimônio designado ao VJORA		
Instrumentos de Patrimônio	43.256	26.842
Cotas de fundos de investimento	43.256	26.842

Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo SFB para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais políticas contábeis do SFB (Nota 3).

- Premissas para aplicação da abordagem de 3 estágios

Para a determinação da provisão das perdas esperadas, alguns conceitos importantes precisam ser inicialmente entendidos e definidos, sendo eles:

- Aumento significativo do risco de crédito;
- Inadimplência;
- Cura (diminuição do risco de crédito); e
- Segmentação.

Aumento significativo no risco de crédito e "cura"

O SFB monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o SFB avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

O SFB considera que uma contraparte teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros; e
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%.

Além disso, considera-se que ocorreu um aumento significativo de risco de crédito quando a contraparte tiver um contrato renegociado (até o momento em que o mesmo for considerado curado, de acordo com as regras expostas mais adiante) ou restrições financeiras.

Considera-se que um instrumento deixou de apresentar aumento significativo de risco de crédito (ou seja, evento de "cura" que proporciona a volta para o Estágio 1) quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de:

- 4 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos parcelados;
- 5 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos rotativos;
- 6 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito consignado;
- 9 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito renegociadas;
- 5 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos parcelados;
- 6 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos rotativos; e
- 9 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com operações de crédito renegociadas.

Esses períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após "cura".

Definição de inadimplência e "cura"

O SFB considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de perdas esperadas (PE), todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias, operações renegociadas vencidas a mais de 60 dias, operações onde o devedor possua apontamento de restrição financeira com atraso superior a 30 dias e/ou de cheque sem fundo e operações onde o devedor (pessoa jurídica) encontra-se em processo de recuperação judicial, concordata ou falência.

Para operações interbancárias (créditos a instituições financeiras), o SFB as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de "cura") quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de 1 mês, para clientes com produtos rotativos, consignados ou parcelados, e de 3 meses, para clientes com operações renegociadas. Estes períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após "cura".

Segmentação (agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas)

Conforme mencionado na Nota 3, o SFB calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de créditos a clientes.

O SFB agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de contraparte (pessoa física ou pessoa jurídica); e
- Tipo de produto (produtos parcelados, produtos rotativos, operações de crédito consignado).

- Mensuração do risco de crédito

Para atendimento ao IFRS 9, o SFB deve mensurar as perdas esperadas considerando os seguintes parâmetros de risco de crédito:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD), considerando a situação econômica corrente e previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito, durante o seu prazo esperado (*visão forward looking*);
- Perda em caso de inadimplência (*loss given default* - LGD); e
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD).

A provisão para perdas esperadas é determinada aplicando-se os percentuais de PD e LGD sobre a EAD (base de cálculo da provisão para perdas esperadas).

Probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O SFB possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score* interno, que utiliza como parâmetros principais:

Para clientes que são pessoas físicas:

- Tipo de produto;
- Tempo de relacionamento;
- Identificação de restritivo externo;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Idade do cliente; e
- Renda.

Para clientes que são pessoas jurídicas:

- Tipo de produto;

- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Tempo de fundação da empresa;
- Faturamento anual;
- Identificação de restritivo externo; e
- Tempo de relacionamento

A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

Pessoa Física	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Requer atenção
F	Baixa qualidade
Pessoa Jurídica	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Baixa qualidade
F	-

A carteira de operações de crédito encontrava-se assim distribuída entre os *ratings* internos em:

Rating	30/09/2024	31/12/2023
A	691.061	610.612
B	1.859.982	1.362.526
C	2.065.455	1.833.385
D	1.774.621	1.559.590
E	2.135.821	1.846.463
F	2.566.446	2.316.121
Total	11.093.386	9.528.697

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de *ratings*, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

Perda em caso de inadimplência (LGD)

A LGD é a perda surgida na hipótese de inadimplência. O cálculo de LGD baseia-se nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes.

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE). Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do SFB.

Informações prospectivas (visão forward looking)

Nos modelos de PE, o SFB utiliza informações macroeconômicas prospectivas, sendo o IPCA e a SELIC as principais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Segmento	Variável macroeconômica	Projeção utilizada
Pessoa Física - Produtos Rotativos	IPCA para os próximos 4 meses	0.42% a.m.
Pessoa Física - Crédito Consignado	SELIC para os próximos 6 meses	5.50% a.a.
Pessoa Física - Produtos Parcelados	IPCA para o próximo mês	0.35% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos	IPCA para os próximos 4 meses	0.42% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Parcelados	SELIC para os próximos 7 meses	5.50% a.m.
	SELIC para os próximos 3 meses	5.00% a.m.

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste por *impairment* foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

Apresentamos abaixo as mudanças no *impairment* em 30 de setembro de 2024, que seriam o resultado razoável de possíveis mudanças nas premissas de variáveis econômicas utilizadas pelo SFB:

Pessoa Física – Produtos Rotativos		PD	% relativo
IPCA	Base	1,6580%	0,00%
	Piora 1%	1,6586%	0,04%
	Melhora 1%	1,6573%	-0,04%

Pessoa Física – Crédito Consignado		PD	% relativo
SELIC	Base	1,6229%	0,00%
	Piora 1%	1,6235%	0,04%
	Melhora 1%	1,6223%	-0,04%

Pessoa Física – Produtos Parcelados		PD	% relativo
IPCA	Base	6,2847%	0,00%
	Piora 1%	6,2853%	0,01%
	Melhora 1%	6,2841%	-0,01%

Pessoa Jurídica – Produtos Rotativos		PD	% relativo
IPCA	Base	1,6672%	0,00%
	Piora 1%	1,6681%	0,05%
	Melhora 1%	1,6664%	-0,05%
SELIC	Base	1,6672%	0,00%
	Piora 1%	1,6695%	0,14%
	Melhora 1%	1,6650%	-0,14%

Pessoa Jurídica – Produtos Parcelados		PD	% relativo
SELIC	Base	3,3781%	0,00%
	Piora 1%	3,3920%	0,41%
	Melhora 1%	3,3642%	-0,41%

Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banestes é executado por unidade segregada das áreas de negócio e de auditoria interna e possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que é um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da Instituição, adotando uma tolerância ao risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse

risco.

A mensuração do risco de liquidez considera, principalmente, a possibilidade de saídas de recursos nas principais linhas de captações, saída de recursos com investimentos na carteira comercial e em títulos privados e as obrigações da instituição em geral. São adotadas estratégias de captação que proporcionam diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento, sendo considerados instrumentos elegíveis para captação de recursos: depósito à vista, depósito a prazo, depósito de poupança, depósito interfinanceiro, emissão de títulos e valores mobiliários, captação de recursos em moeda estrangeira.

Para mitigação do risco de liquidez, o Banestes acompanha, diariamente, o risco de liquidez ao qual está exposto, a fim de manter um nível mínimo de recurso para assegurar a sua liquidez. O limite mínimo do colchão de liquidez adotado pela Instituição é revisado anualmente e fornece um nível de liquidez necessário para suportar os desembolsos de curto prazo, previstos ou imprevistos.

São utilizadas as seguintes ferramentas na gestão do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Banestes:

- Monitoramento do Colchão de Liquidez diário, que prevê a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos em caixa em situação de estresse, frente aos limites mínimos definidos;
- Avaliação da liquidez intradia;
- Avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores no mínimo de 90 dias;
- Análise do perfil e comportamento diário das captações de recursos;
- Apuração mensal do índice de liquidez de curto prazo desenvolvido internamente, que identifica o montante de ativos livres de alta liquidez para cobrir as saídas (líquidas) que a Instituição pode sofrer sob um severo cenário de estresse no horizonte de 30 dias;
- Avaliação do risco de liquidez por Comitê responsável, como parte do processo de aprovação de novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes;
- Execução, sempre que necessário, dos procedimentos definidos no Plano de Contingência para a recuperação dos níveis mínimos de liquidez.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial adota um Plano de Contingência de Liquidez, atualizado anualmente, que estabelece estratégias de administração para situações de crise de liquidez, incluindo procedimentos para a geração de caixa em situações emergenciais.

Visando verificar a capacidade de liquidez da Instituição e elencando medidas corretivas, caso sejam necessárias, são realizados também “Testes de Estresse de Liquidez”, que utilizam:

- Projeção do Colchão de Liquidez para diferentes horizontes de tempo, em situações normais ou de estresse;
- Testes de estresse mensais que avaliam: a situação do colchão de liquidez após expectativas de saque dos depósitos sem a realização de novas captações;
- Expectativas de realização dos compromissos assumidos (exposições não contabilizadas no balanço patrimonial e linhas de crédito e de liquidez).

Prazos Contratuais Residuais de Ativos e Passivos Financeiros

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros. Os ativos totais compreendem a carteira de crédito comercial e a carteira de investimento (tesouraria).

	30/09/2024				31/12/2023			
	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias
Ativo Total	49.513.153	23.729.513	8.970.186	16.813.454	60.136.456	11.883.601	10.281.011	37.971.844
Passivos não Derivativos	39.616.805	20.195.274	3.197.436	16.224.095	42.475.333	25.319.252	3.350.047	13.806.034
Depósitos de Instit. Financeiras	9.070.825	9.055.049	15.776	-	14.693.362	14.390.731	302.631	-
Depósitos de Clientes	29.048.656	10.922.662	2.515.623	15.610.371	26.945.094	10.265.843	2.879.011	13.800.240
Emissão de Títulos	1.206.925	8.988	592.046	605.891	693.035	557.428	135.607	-
Outros passivos financeiros	290.399	208.575	73.991	7.833	143.842	105.250	32.798	5.794

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da Instituição.

Para o gerenciamento de risco de mercado da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória (posições da carteira *Trading* mais as exposições em moedas estrangeiras e *commodities* da carteira *Banking*) utilizam-se, respectivamente, a metodologia VaR (*Value at Risk* - Valor em Risco), considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias, sendo que as volatilidades são apuradas por meio de um modelo de alisamento exponencial - EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas), e as metodologias definidas pelo Bacen para os riscos das posições sujeitas à variação nas taxas de juros, às exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, *commodities* e ações, que inclui o risco apurado pela metodologia VaR paramétrico para as operações prefixadas em reais, considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias. As volatilidades e correlações utilizadas para a apuração da parcela de risco referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas da carteira de negociação são extraídas do sítio eletrônico do Bacen. Esse gerenciamento da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória é realizado diariamente. Na mensuração do risco de mercado, as posições classificadas na carteira de negociação são marcadas a mercado utilizando metodologias de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento amplamente aceitas no mercado.

O risco de taxas de juros da carteira bancária (*Banking*) é apurado pela abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados nesta carteira, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição, e pela abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* – NII), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição.

Exposição ao Risco

Carteira de Negociação

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Exposição ao risco de mercado – Carteira de *Trading* e *Banking*

Apresentamos a seguir os valores médio, máximo e mínimo do VaR das operações prefixadas da carteira de negociação (VaR PRE), de todas as operações da carteira de negociação (VaR *Trading*) e das operações classificadas tanto na carteira de negociação quanto das operações classificadas na carteira bancária (VaR Global), nos quais foram considerados o intervalo de confiança de 99% e o horizonte de tempo de 10 dias. O risco de taxas de juros da carteira bancária é apurado considerando tanto a abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE) quanto a abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* – NII):

	30/09/2024				31/12/2023			
	Mínimo	Média	Máximo	30/09/2024	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2022
VaR PRE	-	64	207	-	62	90	152	69
VaR Trading	1.820	2.614	3.404	2.117	1.871	3.137	4.289	3.504
Banking (ΔEVE)	441.198	449.198	455.389	441.198	439.592	463.397	478.520	478.520
VaR Global	99.618	104.684	109.453	109.453	56.079	67.754	77.531	56.079

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moedas

	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	845	-	-	845
Total	845	-	-	845
Posição Líquida	845	-	-	845

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade é um instrumento que permite a mensuração do impacto das variações de mercado, tais como: taxa de juros, cotações de moedas, ações e fundos de investimentos sobre os instrumentos financeiros do Banestes.

Trimestralmente, é realizada a análise de sensibilidade das exposições financeiras da carteira de negociação (*Trading*) e da carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

Essas análises de sensibilidade são realizadas a partir da construção dos seguintes cenários que apresentam condições que poderiam afetar negativamente as posições:

Cenário 1: Situação provável: adotada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Cenário 2: Situação possível: adotada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Cenário 3: Situação remota: adotada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Análise de Sensibilidade (Carteira Trading e Banking)

Fatores de Risco	30/09/2024			31/12/2023		
	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	(743)	(19.201)	(37.538)	(2.167)	(53.711)	(106.509)
IPCA	(1.508)	(36.649)	(71.528)	(485)	(8.078)	(14.348)
Dólar	(8)	(211)	(422)	(6)	(149)	(299)

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

Cabe mencionar que as carteiras *Trading* e *Banking* analisadas são compostas por títulos públicos e privados classificados contabilmente como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, moedas estrangeiras classificados contabilmente como Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos/Passivos e cotas de fundos de investimento classificados contabilmente como em valor justo através do resultado.

O valor de exposição líquida desses elementos que compõem a carteira *Trading* e *Banking* submetidas à análise de sensibilidade encontram-se na tabela a seguir:

	30/09/2024	31/12/2023
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	7.219.613	19.910.836
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	372.001	361.174
Caixa e Equiv. de Caixa/ Depósitos interfinanceiros/Outros Ativos/ Passivos c/caract.de trading	845	596

Quadro de Análise de Sensibilidade

Fator de Risco	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa Prefixada de Juros	(488)	(11.644)	(22.374)
Índices de Preços	(342)	(7.494)	(13.217)
Moedas	(9)	(211)	(422)
Fundos	(1.167)	(29.168)	(58.336)

Gerenciamento de Capital

Visando a adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, o Banestes instituiu a sua Política de Gerenciamento de Capital, que representa um conjunto de ações elaboradas considerando os objetivos estratégicos da organização que, por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, ou seja, do Patrimônio de Referência, visa avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos de crédito, mercado e operacional ao qual está sujeita, além de elaborar um planejamento de metas e de necessidades de capital.

Destaca-se ainda que a estrutura de gerenciamento de capital do Banestes prevê mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, adoção de um plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos, realização de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital, bem como a elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

Alocação de Capital

O conceito de Patrimônio de Referência foi instituído pelo Acordo da Basileia, implementado no Brasil pela Resolução CMN n.º 2.099/1994. O PR consiste no somatório do Nível I e do Nível II e representa a base de cálculo para verificar se o patrimônio de referência exigido está sendo observado.

Para a apuração do risco de crédito, os cálculos são realizados seguindo os preceitos da Resolução n.º 229/2022 do Banco Central do Brasil, na qual os ativos são ponderados por fatores que variam de 0% a 1.250%. Essa Circular estabelece um conjunto de regras para cálculo da Parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco para Cobertura do Risco de Crédito – RWAcpad para as operações de crédito, levando em consideração os instrumentos mitigadores de risco, e para os demais ativos e despesas registradas no ativo da Instituição. Estabelece também as regras para cálculo do RWAcpad para os compromissos, como, por exemplo, no caso de cartão de crédito, cheque especial e conta garantida.

Por intermédio desses cálculos, o SFB gera as suas análises que o auxiliam a manter o patrimônio de referência compatível com o grau de risco de seus ativos, estando sempre alinhado a um índice mínimo de 10,5% conforme regulamento do Banco Central do Brasil.

Conforme Resolução n.º. 4.955/2021, o Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Conglomerado Prudencial.

Informamos os principais indicadores do BANESTES referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, calculado em conformidade com o Novo Acordo de Basileia:

	Banestes Consolidado	
	Prudencial	
	30/09/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado	2.322.878	2.216.351
(-) Redução Ajustes Prudenciais	(414.971)	(240.657)
(-) Ativos Intangíveis	(355.255)	(213.737)
(-) Investimentos significativos em assemelhadas	(56.255)	(26.920)
(-) Créditos Tributários	(3.461)	-
Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)	1.907.907	1.975.694
Exposições ao Risco:		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	11.167.948	11.298.925
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.354.758	2.198.795
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAmpad)	5.380	37.149
Parcela exigida para cobertura do Risco de Serviços de Pagamento (RWAsp)	606	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	13.528.692	13.534.869
Margem sobre o PR considerando IRRBB¹ e ACP²	18.423	76.012
Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]	14,10%	14,60%
Montante do PR apurado para Cobertura do Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação (IRRBB)	468.972	478.520

(*) BANESTES Conglomerado Prudencial - composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. preparado segundo norma contábil do Bacen (BrGaap).

¹ IRRBB é parcela de capital para cobertura do risco das operações sujeitas a variações de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

² ACP - Adicional de Capital Principal.

6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Informações por segmento de negócios são apresentadas seguindo os segmentos definidos e utilizados pela Administração do SFB para gerenciar os negócios, bem como para a geração de relatórios gerenciais internos.

O SFB está dividido em dois segmentos:

- **Financeiro:** engloba os negócios das carteiras do Banco Múltiplo, da Gestão de Ativos que opera com as atividades de gestão de fundos do SFB e das atividades de administração e intermediação de títulos e valores mobiliários.
- **Seguros:** envolve as transações de seguros nos diversos ramos e previdência privada realizados com terceiros, pessoas físicas e jurídicas, além das atividades de administração e intermediação de seguros, previdência e capitalização.

As informações por segmento de negócios correspondentes aos semestres findos em 30 de setembro de 2024 e 30 de setembro de 2023 são as seguintes:

Demonstração do Resultado do Período por Segmento
Em 30 de setembro de 2024:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	1.049.597	24.864	-	1.074.461
Resultado de Prestação de Serviços (1)	162.518	(18.321)	(6.011)	138.186
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	1.054	-	-	1.054
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	20.317	-	-	20.317
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	90.829	(109)	90.720
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(100.445)	3	-	(100.442)
Despesas de Pessoal (1)	(362.278)	(24.042)	-	(386.320)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	386	26.943	-	27.329
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	89.849	-	(89.849)	-
Provisões	(15.635)	(355)	-	(15.990)
Despesas Tributárias	(74.056)	(11.435)	-	(85.491)
Outras Despesas Administrativas (2)	(287.929)	(13.812)	6.347	(295.394)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(10.324)	952	(232)	(9.604)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	473.054	75.626	(89.854)	458.826
Impostos Correntes e Diferidos	(122.782)	(24.281)	-	(147.063)
Resultado Líquido do Período	350.272	51.345	(89.854)	311.763
Resultado do Período Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	350.272	51.345	(89.854)	311.763
Total do Ativo	37.804.413	471.677	(798.481)	37.477.609
Passivo	35.363.633	145.612	(306.509)	35.202.736

Em 30 de setembro de 2023:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	1.047.095	17.921	-	1.065.016
Resultado de Prestação de Serviços (1)	157.861	(24.186)	(5.298)	128.377
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	(616)	-	-	(616)
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	113.894	(105)	113.789
Resultado de Operações de Câmbio e Var. Cambial	62	-	-	62
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(234.489)	(3)	-	(234.492)
Despesas de Pessoal (1)	(331.359)	(22.396)	-	(353.755)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	83	12.595	-	12.678
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	77.246	-	(77.246)	-
Provisões	(24.638)	(622)	-	(25.260)
Despesas Tributárias	(72.324)	(9.631)	-	(81.955)
Outras Despesas Administrativas (2)	(234.194)	(11.138)	5.473	(239.859)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(25.345)	1.772	16	(23.557)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	359.382	78.206	(77.160)	360.428
Impostos Correntes e Diferidos	(76.199)	(28.089)	-	(104.288)
Resultado Líquido do Período	283.183	50.117	(77.160)	256.140
Resultado do Período Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	283.183	50.117	77.160	256.140
Total do Ativo	41.787.401	297.003	(398.917)	41.685.487
Passivo	39.560.646	126.670	(108.361)	39.578.955

As eliminações entre o BANESTES S.A. e as empresas controladas referem-se:

- (1) Ao convênio de cooperação técnica cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.
- (2) Aos lucros das Controladas, Juros sobre Capital Próprio e Dividendos recebidos pelas empresas, taxa de administração do FUNDO VGBL e resultado com imóveis.

7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível 1: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o SFB não possui instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o SFB atua estão operando de forma eficiente e consequentemente, esses dados são representativos.

	30/09/2024			31/12/2023		
	Valor Justo			Valor Justo		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	372.002	372.002	-	423.311	423.311
Cotas de Fundos de Investimento	-	372.002	372.002	-	423.311	423.311
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	7.265.368	27.338	7.292.706	19.818.587	119.091	19.937.678
Cotas de Fundos de Investimento	43.281	-	43.281	-	26.842	26.842
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	6.059.638	-	6.059.638	18.387.538	-	18.387.538
Letras Financeiras	-	21.148	21.148	-	42.558	42.558
Debêntures	1.162.449	6.190	1.168.639	1.431.049	46.691	1.480.740

Não houve transferências de níveis entre os ativos financeiros para os períodos apresentados.

O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais (LFT's, LTN's e NTN's), das Debêntures são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgado pela ANBIMA e/ou precificados por metodologia própria, observando os dados de mercado. O valor de mercado das Letras Financeiras é obtido a partir dos preços do mercado secundário ou valores divulgados pelos emissores e/ou precificado por metodologia própria, observando os dados de mercado. Para as Cotas de Fundo de Investimento o valor de mercado é obtido pelo valor da cota divulgado pelo próprio administrador do fundo. Os CRI's tem seu valor de mercado obtido através de metodologia própria, que precifica o ativo a partir de dados observados no mercado.

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Classificação contábil e valor justo - a tabela a seguir apresenta a classificação do Sistema Financeiro BANESTES das classes de ativos e passivos financeiros e o seu valor justo.

	30/09/2024				31/12/2023			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de Dívida	3.523.100	3.499.356	2.591.630	907.726	6.740.189	6.567.602	5.359.575	1.208.027
Créditos a Inst. Financeiras	12.814.507	12.814.507	-	12.814.507	2.599.165	2.599.165	-	2.599.165
Empréstimos e Recebíveis	10.642.694	10.642.694	-	10.642.694	9.039.165	9.039.165	-	9.039.165
Depósitos de Clientes (1)	23.267.648	23.453.212	-	23.453.212	22.383.278	22.380.663	-	22.380.663
Recursos de Inst.Financeiras(2)	9.049.841	9.049.841	-	9.049.841	14.642.959	14.642.959	-	14.642.959
Títulos de Dívida Emitidos	1.012.847	1.012.848	-	1.012.848	679.925	679.925	-	679.925

Referem-se a depósitos à vista, poupança e a prazo.

Recursos de Instituições Financeiras referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, depósitos e repasses.

9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL
a. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/09/2024	31/12/2023
Disponibilidades	186.551	157.808
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)	9.346.739	1.656.332
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.701.503	376.250
Letras do Tesouro Nacional – LTN	2.833.837	679.999
Notas do Tesouro Nacional – NTN	2.811.399	600.083
Total	9.533.290	1.814.140

(*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for inferior a 90 dias.

b. Reservas no Banco Central

Estão compostas por créditos vinculados representados por cumprimento da exigibilidade dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros depósitos, como demonstrado a seguir:

	Forma de Remuneração	30/09/2024	31/12/2023
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	120.379	121.152
Depósitos de Poupança	Índice de Poupança	924.681	835.640
Pagamentos Instantâneos - PIX	Sem Remuneração	49.167	105.495
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	-	44.000
Total		1.094.227	1.106.287

10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
a. Classificação

Categoria/Papel	30/09/2024						Total
	sem vencto.	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	-	27.510	18.523	136.120	151.183	38.666	372.002
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	-	27.510	18.523	136.120	151.183	38.666	372.002
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	43.281	-	2.897.059	875.736	3.296.702	168.889	7.281.667
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	-	2.875.899	29.812	3.060.218	93.709	6.059.638
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	-	10.520	10.628	-	-	21.148
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	43.281	-	-	-	-	-	43.281
Debêntures	-	-	12.083	841.202	239.600	75.754	1.168.639
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	-	(1.443)	(5.906)	(3.116)	(574)	(11.039)
Mensurados ao custo amortizado (CA)	-	12.590.815	1.736.477	1.172.592	649.324	188.399	16.337.607
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	12.501.944	1.882.677	664.207	254.887	47.199	14.650.904
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	94.667	512.445	355.106	21.767	-	983.985
Debêntures	-	-	37.276	153.958	372.980	86.046	650.260
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	4.960	-	-	55.242	60.202
Outros Títulos	-	-	-	2	1	-	3
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(5.802)	(922)	(627)	(308)	(88)	(7.747)

31/12/2023							
Categoria/Papel	sem vencido	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	62.138	4.358	71.280	109.260	153.151	23.124	423.311
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	62.138	4.358	71.280	109.260	153.151	23.124	423.311
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	26.842	2.641	158.363	3.251.555	4.659.745	11.827.579	19.926.725
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	-	14.269	2.680.351	3.988.175	11.704.743	18.387.538
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	-	22.033	20.525	-	-	42.558
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	26.842	-	-	-	-	-	26.842
Debêntures	-	2.645	122.267	552.803	674.487	128.538	1.480.740
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(4)	(206)	(2.124)	(2.917)	(5.702)	(10.953)
Mensurados ao custo amortizado (CA)	-	2.423.688	3.567.522	2.389.307	501.758	457.079	9.339.354
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	2.379.145	2.642.075	1.468.829	261.752	307.332	7.059.133
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	37.967	849.110	722.460	19.989	-	1.629.526
Debêntures	-	7.801	78.008	194.525	220.260	91.352	591.946
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	4.582	-	58.619	63.201
Outros Títulos	-	-	-	-	-	3	3
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(1.225)	(1.671)	(1.089)	(243)	(227)	(4.455)

b. Ganhos e Perdas não Realizados de Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes

	Saldo 31/12/2023	Ganho	Perda	Impostos	Saldo	Saldo
		Não Realizado			30/09/2024	30/09/2023
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(6.116)	(4.196)	(3.486)	1.898	(11.900)	(833)

c. Composição do *impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito das Instituições Financeiras

Ativos financeiros ao VJORA	30/09/2024				31/12/2023			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(11.039)	-	-	(11.039)	(10.953)	-	-	(10.953)
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	(2.756)	-	-	(2.756)	(8.545)	-	-	(8.545)
Notas Financeiras do Tesouro – NTN	(94)	-	-	(94)	(100)	-	-	(100)
Debêntures	(8.179)	-	-	(8.179)	(2.288)	-	-	(2.288)
Letras Financeiras	(10)	-	-	(10)	(20)	-	-	(20)
Total	(11.039)	-	-	(11.039)	(10.953)	-	-	(10.953)

Ativos financeiros ao custo amortizado	30/09/2024				31/12/2023			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	(6.088)	-	-	(6.088)	(1.283)	-	-	(1.283)
Aplicações no Mercado Aberto	(5.872)	-	-	(5.872)	(778)	-	-	(778)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(216)	-	-	(216)	(505)	-	-	(505)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio	(1.659)	-	-	(1.659)	(3.172)	-	-	(3.172)
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	(746)	-	-	(746)	(2.279)	-	-	(2.279)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(234)	-	-	(234)	(216)	-	-	(216)
Títulos Públicos Federais - CVS	(37)	-	-	(37)	(47)	-	-	(47)
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	(28)	-	-	(28)	(30)	-	-	(30)
Debêntures	(306)	-	-	(306)	(278)	-	-	(278)
Letras Financeiras	(308)	-	-	(308)	(322)	-	-	(322)
Total	(7.747)	-	-	(7.747)	(4.455)	-	-	(4.455)

d. Movimentação do Impairment dos Instrumentos de Dívidas e Crédito a Instituições Financeiras

Em 30 de setembro de 2024:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(10.953)	-	-	(10.953)
Novos ativos financeiros originados	5.882	-	-	5.882
Estorno de provisão de operações liquidadas	(11.503)	-	-	(11.503)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	5.535	-	-	5.535
Saldos em 30 de setembro de 2024	(11.039)	-	-	(11.039)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.233)	-	-	(1.233)
Novos ativos financeiros originados	8.635	-	-	8.635
Estorno de provisão de operações liquidadas	(13.451)	-	-	(13.451)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	15	-	-	15
Saldos em 30 de setembro de 2024	(6.034)	-	-	(6.034)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(3.222)	-	-	(3.222)
Transferência do Estágio 1 para Estágio 3	-	-	-	-
Novos ativos financeiros originados	2.088	-	-	2.088
Estorno de provisão de operações liquidadas	610	-	-	610
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(1.189)	-	-	(1.189)
Saldos em 30 de setembro de 2024	(1.713)	-	-	(1.713)

Em 31 de dezembro de 2023:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(6.845)	-	-	(6.845)
Novos ativos financeiros originados	5.953	-	-	5.953
Estorno de provisão de operações liquidadas	(11.453)	-	-	(11.453)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	1.392	-	-	1.392
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(10.953)	-	-	(10.953)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(2.407)	-	-	(2.407)
Novos ativos financeiros originados	(853)	-	-	(853)
Estorno de provisão de operações liquidadas	1.831	-	-	1.831
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	196	-	-	196
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.233)	-	-	(1.233)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(3.002)	-	-	(3.002)
Transferência do Estágio 1 para Estágio 3	-	-	-	-
Novos ativos financeiros originados	2.334	-	-	2.334
Estorno de provisão de operações liquidadas	(2.456)	-	-	(2.456)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(98)	-	-	(98)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(3.222)	-	-	(3.222)

e. Ativos Financeiros Vinculados

Refere-se a ativos vinculados à garantia de certas operações de câmbio, operações de cartão de crédito e operações de seguro.

	30/09/2024	31/12/2023
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	120.397	111.414
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	120.397	111.414
Vinculados a Provisões Técnicas de Seguros - Nota 22.c	124.473	139.214
Títulos de Renda Fixa - Públicos	124.473	139.214

11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	30/09/2024			31/12/2023		
	Bruto	Impairment(*)	Líquido	Bruto	Impairment	Líquido
Cartões	679.009	(31.969)	647.040	645.856	(39.981)	605.875
Crédito comercial	3.064.383	(143.803)	2.920.580	2.621.361	(203.120)	2.418.241
Imobiliário	2.709.534	(48.326)	2.661.208	2.177.568	(54.804)	2.122.764
Industrial	1.118	(10)	1.108	1.334	(6)	1.328
Pessoal	3.646.731	(60.724)	3.586.007	3.282.258	(77.897)	3.204.361
Renegociação	325.329	(153.250)	172.079	300.956	(101.329)	199.628
Rural	667.282	(12.610)	654.672	499.368	(12.399)	486.968
Total	11.093.386	(450.692)	10.642.694	9.528.701	(489.536)	9.039.165

Movimentação do *Impairment*

Em 30 de setembro de 2024:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2024	75.556	216.786	197.194	489.536
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(1.753)	13.786	-	12.033
Estágio 1 para o Estágio 3	(937)	-	31.377	30.440
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(38.054)	89.626	51.572
Estágio 2 para o Estágio 1	26.149	(131.622)	-	(105.473)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	381	(2.487)	(2.106)
Estágio 3 para o Estágio 1	1.592	-	(29.136)	(27.544)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	61.144	3.757	53.122	118.023
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	11.559	(3.028)	(4.074)	4.457
Estorno de provisão de contratos liquidados	(5.170)	(21.187)	(93.889)	(120.246)
Total dos movimentos com impactos no resultado	168.140	40.819	241.733	450.692
Perda Esperada em 30 de setembro de 2024	168.140	40.819	241.733	450.692

Em 31 de dezembro de 2023:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2022	41.970	159.270	170.429	371.669
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(6.494)	48.196	-	41.702
Estágio 1 para o Estágio 3	(1.030)	-	50.458	49.428
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(13.255)	51.445	38.190
Estágio 2 para o Estágio 1	1.971	(28.541)	-	(26.570)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	1.172	(9.926)	(8.754)
Estágio 3 para o Estágio 1	180	-	(5.131)	(4.951)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	39.721	108.307	47.637	195.665
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	8.724	(22.022)	(9.387)	(22.685)
Estorno de provisão de contratos liquidados	(9.486)	(36.341)	(98.331)	(144.158)
Total dos movimentos com impactos no resultado	75.556	216.786	197.194	489.536
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2023	75.556	216.786	197.194	489.536

Composição por vencimento

	30/09/2024	31/12/2023
Total Vencimento e Direcionamento dos Empréstimos e Recebíveis	11.093.386	9.528.701
Prestações Vencidas	78.070	76.894
A partir de 15 dias	78.070	76.894
Prestações a Vencer	11.015.316	9.451.807
Até 90 dias	1.046.220	974.689
De 91 a 360 dias	2.150.308	1.943.399
Acima de 360 dias	7.818.788	6.533.719

12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

12.1. Impostos Correntes e Diferidos

	30/09/2024		30/09/2023	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Trib. e Participações	389.279	389.279	430.215	430.215
Encargo de Imp. de Renda e Contr. Social às Alíquotas Vigentes	(97.320)	(77.856)	(107.554)	(86.043)
Ajustes aos Encargos de Imposto de Renda e Contr. Social				
Juros sobre o Capital Próprio	23.481	18.785	23.807	19.046
Resultado de Equivalência Patrimonial	22.919	17.036	13.998	13.934
Adições (exclusões) de caráter permanente	(14.504)	(4.204)	(4.530)	(768)
Adições (exclusões) de caráter temporário	(10.085)	(8.063)	6.675	5.324
Total dos Valores Devidos	(75.509)	(54.302)	(67.604)	(48.507)
Realização da Reserva de Reavaliação	20	15	46	41
Incentivos Fiscais	2.992	-	2.382	-
Despesa de Imp. de Renda e Contr. Social Corrente	(72.497)	(54.287)	(65.176)	(48.466)
Receitas (Despesas) de Imp. De Renda e Contr. Social Diferida	(190)	(141)	(1.262)	(994)
Ativo Fiscal Diferido	(10.955)	(8.993)	6.314	5.290
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação Arrend. Mercantil	-	-	6	-
Total da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(83.642)	(63.421)	(60.118)	(44.170)

* A alíquota efetiva de IR e CS é de 26,03% e 25,27% para o acumulado de seis meses de 2024 e 2023, respectivamente.

12.2. Movimentação dos Saldos do Crédito Tributário

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	(Realização)	Saldo em 30/09/2024
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Devedores Duvidosos	222.915	241.571	(259.469)	205.017
Ações Trabalhistas	29.072	8.838	(8.614)	29.296
Ações Cíveis	29.728	2.215	(3.872)	28.071
Contingências Fiscais	20.051	1.010	(1.712)	19.349
Outras Contingências	14.897	22.163	(19.431)	17.629
Ajustes de IFRS*	(4.111)	39.045	(37.417)	(2.483)
Total de Adições Temporárias	312.552	314.842	(330.515)	296.879
Crédito Tributário Não Corrente	1.346	-	170	1.516
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	313.898	314.842	(330.345)	298.395
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajustes ao Valor de Mercado – VJORA	15.042	29.142	(30.005)	14.179
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	15.042	29.142	(30.005)	14.179
Total Geral dos Créditos Tributários	328.940	343.984	(360.350)	312.574
Total dos Créditos Tributários Ativados	328.940	343.984	(360.350)	312.574

* Composto pelo efeito fiscal dos ajustes em IFRS.

a. Saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua Movimentação

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	(Realização)	Saldo em 30/09/2024
Refletidos no Resultado				
Superveniência de Depreciação de Leasing	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	19.402	1.672	(1.341)	19.733
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajustes ao Valor Justo – Tit. Disp. P/Venda	17.442	18.222	(18.848)	16.816
Reserva de Reavaliação de Imóveis	549	-	(35)	514
Total Geral dos Débitos Tributários	37.393	19.894	(20.224)	37.063

b. Expectativa de Realização do Crédito Tributário

	Crédito Tributário Ativado				
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total
	IR	CSLL	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Ativado
2024	35.003	28.097	-	-	63.100
2025	84.794	67.836	-	-	152.630
2026	23.278	18.690	-	-	41.968
2027	16.700	13.359	-	-	30.059
2028	4.901	3.920	-	-	8.821
2029 a 2033	8.886	7.110	-	-	15.996
Total	173.562	139.012	-	-	312.574
Valor Presente	152.361	121.584	-	-	273.945
Valor Presente em 30/09/2023	161.673	129.375	-	-	291.048

13. OUTROS ATIVOS

	30/09/2024	31/12/2023
Depósitos Judiciais dados em Garantia	196.384	193.040
Depósitos Trabalhistas	44.225	42.081
Depósitos Cíveis	51.375	47.706
Depósitos Fiscais (Nota 20)	98.690	101.623
Depósitos de Sinistros	1.695	1.231
Outros Depósitos	399	399
Impostos e Contribuições a Compensar	24.243	37.363
Pagamentos a Ressarcir	23.661	21.695
Serviços Prestados a Receber	3.890	2.457
Adiantamentos e Antecipações Salariais	13.978	6.026
Adiantamentos para Pagamentos	20.172	23.563
Arrendamentos Operacionais a Receber	8	14
Despesas Antecipadas	70.791	87.283
Participações Pagas Antecipadamente	18.535	17.218
Relações Interfinanceiras e Interdependências (a)	121.118	127.753
Devedores Diversos – País	142.277	97.794
Outros Ativos	7.365	7.415
Total	642.422	621.621

a. Relações Interfinanceiras e Interdependências

	Forma de Remuneração	30/09/2024	31/12/2023
Relações Interfinanceiras		121.118	127.753
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	14.357	123
Sistema Financeiro da Habitação		98.043	121.907
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice de Poupança	3.533	3.202
SFH - Fundo de Compensação das Variações Salariais	TR + Juros	106.224	130.419
Provisão p/ Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	8.718	5.723
Total das Relações Interfinanceiras e Interdependências		121.118	127.753

14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	30/09/2024	31/12/2023
Custo de aquisição		
Saldo no Início do Período	65.707	62.431
Aquisições	35.959	32.331
Alienações / Baixas	(46.707)	(29.055)
Transferências	139	-
Total	55.098	65.707
Desvalorização de Ativos Mantidos para Venda		
Saldo no Início do Período	(1.888)	(834)
Desvalorização	(11.642)	(4.297)
Baixas / Alienações	11.311	3.243
Total	(2.219)	(1.888)
Resultado Líquido	52.879	63.819

15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS

	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamentos de Processamento de Dados	Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte	Outros	Imobilizado de Arrendamento(*)	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31/12/2023	10.648	54.649	32.445	107.751	23.542	7.686	147.819	384.540
Aquisições	-	5.605	9.090	1.654	37.229	82	17.110	70.770
Alienações/ Baixas	(71)	(30)	(102)	(682)	(36.534)	-	(69.871)	(107.290)
Transferências	-	(137)	(10.165)	9.165	1.000	-	-	(137)
Saldo Final em 30/09/2024	10.577	60.087	31.268	117.888	25.237	7.768	95.058	347.883
Depreciação								
Saldo em 31/12/2023	(5.360)	(27.741)	(17.948)	(84.252)	(12.161)	(5.787)	(67.550)	(220.799)
Depreciação do Período	(98)	(3.688)	(1.168)	(6.529)	(2.380)	(430)	(20.441)	(34.734)
Baixas/Alienações	63	23	102	670	-	-	67.548	68.406
Saldo Final em 30/09/2024	(5.395)	(31.406)	(19.014)	(90.111)	(14.541)	(6.217)	(20.443)	(187.127)
Saldo Líquido Final em 30/09/2024	5.182	28.681	12.254	27.777	10.696	1.551	74.615	160.756
Saldo Líquido em 31/12/2023	5.288	26.908	14.497	23.499	11.381	1.899	80.269	163.741

(*) O imobilizado de arrendamento é composto majoritariamente por contratos de aluguel de imóveis.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31/12/2023	165.051	12.127	139.490	68.889	385.557
Aquisições	30.369	-	140.775	21.509	192.653
Alienações / Baixas	(4)	-	(40)	-	(44)
Transferências	16.331	-	-	(16.331)	-
Saldo Final em 30/09/2024	211.747	12.127	280.225	74.067	578.166
Depreciação					
Saldo em 31/12/2023	(89.522)	(7.055)	(72.307)	-	(168.884)
Amortização do Período	(17.067)	(658)	(24.886)	-	(42.611)
Baixas / Alienações	3	-	-	-	3
Transferências					
Saldo Final em 30/09/2024	(106.586)	(7.713)	(97.193)	-	(211.492)
Saldo Líquido Final em 30/09/2024	105.161	4.414	183.032	74.067	366.674
Saldo Líquido em 31/12/2023	75.529	5.072	67.183	68.889	216.673

(*) O Outros é composto majoritariamente por ativos em desenvolvimento.

17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/09/2024	31/12/2023	Taxas mínimas e máximas 30/09/2024	Taxas mínimas e máximas 30/09/2023
No País:	9.049.841	14.642.959		
Depósitos à Vista	1.198	8.237		
Operações Compromissadas	8.845.168	14.304.994	10,53% e 10,65% a.a	13,5% e 13,65% a.a
Obrigações por Repasses:	146.028	86.609		
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	144.926	85.345		
BNDES	-	6		
Finame	1.102	1.258		
Outras Instituições	-	-		
Depósitos Interfinanceiros	57.447	243.119	9,45% e 10,65% a.a	11,70% e 12,65% a.a
Total	9.049.841	14.642.959		
Composição por Vencimento				
Exigível à Vista	1.198	8.237		
Exigível a Prazo	9.048.643	14.634.722		
Até 90 dias	8.926.447	14.387.421		
De 91 a 360 dias	107.321	239.968		
Acima de 360 dias	14.875	7.333		
Total	9.049.841	14.642.959		

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/09/2024	31/12/2023	Taxas mínimas e máximas 30/09/2024	Taxas mínimas e máximas 30/09/2023
Depósitos à Vista	1.132.294	1.315.050		
Depósitos a Prazo	17.508.233	16.847.763		
Depósitos de Poupança	4.627.121	4.220.465	0,56% e 0,58% a.m	0,56% e 0,72% a.a
Outros		-		
Total	23.267.648	22.383.278		
Composição por prazo de vencimento				
Exigível à Vista	9.719.010	9.791.103		
Exigível a Prazo	13.548.638	12.592.175		
Até 90 dias	689.374	55.107		
De 91 a 360 dias	1.444.383	1.345.532		
Acima de 360 dias	11.414.881	11.191.536		
Total	23.267.648	22.383.278		

Os passivos financeiros denominados de "Depósitos de clientes" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/09/2024	31/12/2023	Taxas mínimas e máximas 30/09/2024	Taxas mínimas e máximas 30/09/2023
Letras de Crédito Imobiliário	459.340	339.670	80,00% e 96,00% CDI	80,00% e 92,00% CDI
Letras de Agronegócio	553.507	340.255	80,00% e 96,00% CDI	80,00% e 92,00% CDI
Total	1.012.847	679.925		
Composição por prazo de vencimento				
Até 90 dias	415	387.576		
De 91 a 360 dias	543.375	292.349		
Acima de 360 dias	469.057	-		
Total	1.012.847	679.925		

Os passivos financeiros denominados de "Títulos de dívida emitidos" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a. Ativos Contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, a menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que devessem ser registrados.

b. Passivos Contingentes

O SFB é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, para os processos com probabilidade de perda avaliada como provável.

A Administração do SFB entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos, cujo saldo e movimentação são as seguintes:

Natureza	30/09/2024					30/09/2023				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo no Início do Período	64.611	66.184	45.070	314	176.179	63.343	66.709	54.302	270	184.624
Constituições/Atualizações	19.698	4.885	2.285	636	27.504	37.770	7.302	5.444	228	50.744
Pagamentos/Reversões	(19.142)	(8.567)	(3.797)	(550)	(32.056)	34.078	10.276	16.481	282	61.117
Saldo no Final do Período	65.167	62.502	43.558	400	171.627	67.035	63.735	43.265	216	174.251

c. Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando a obter indenizações de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência da Resolução 696, foi provisionado o percentual de 72,69% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria. Em 30 de setembro de 2024, o SFB possuía provisão trabalhista de R\$ 65.167 sendo que se encontrava registrado, na mesma data, em depósito judicial R\$ 40.579 e em depósito recursal a importância de R\$ 3.646.

d. Processos Cíveis

São demandas que têm por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere aos pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Estas ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos são limitados em 40 salários mínimos, e também na Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

e. Processos Fiscais

O SFB discute judicialmente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Os advogados da Instituição utilizam os critérios de natureza das ações, atualização de cada ação e posicionamento de nossos tribunais onde as referidas ações são classificadas conforme a possibilidade de perda em: provável, possível e remota.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e, caso aplicável, o respectivo depósito judicial:

Natureza – Fiscal	30/09/2024		31/12/2023	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	10.393	59.596	13.305	57.348
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/91 (2)	25.702	35.544	24.619	40.915
Honorários - Diversas Ações	7.068	-	6.384	-
Outros	395	3.550	589	3.360
Total	43.558	98.690	44.897	101.623

(1) Contribuições Previdenciárias e Terceiros - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a GFIP.

(2) IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991 - Objetiva-se com o questionamento judicial a dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das demonstrações financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991,

no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro.

f. Passivos Contingentes Classificados como Chances de Êxitos e Riscos de Perdas Possíveis

O SFB mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes avaliados como chances de êxitos e riscos de perdas possível, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes a equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 18.285.

Processos Cíveis - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 309.366 sendo que as mais relevantes representam R\$ 10.589.

Processos Fiscais - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo e perfazem um montante de R\$ 22.163 referentes a questionamentos judiciais de cunho tributário.

21. OUTROS PASSIVOS

	30/09/2024	31/12/2023
Passivo de Contratos de Arrendamento (a)	76.904	84.562
Impostos a Recolher	38.361	35.305
Obrigações por Aquisição de Bens	66.314	32.632
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	114.407	128.116
Obrigações Sociais e Estatutárias	25.989	74.908
Operações de Cartões de Crédito	-	3.202
Pagamentos a Efetuar	166.167	77.426
Receita Diferida	3.175	7.341
Recursos em Trânsito de Terceiros	3.884	17.412
Relações Interfinanceiras	544.562	533.405
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	37	4
Credores por Recursos a Liberar	125.054	98.195
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	136.371	43.116
Obrigações por Transações de Pagamentos	33	36
Obrigações por Convênios Oficiais	28.583	24.958
Outros Passivos	242.475	140.772
Total	1.572.316	1.301.390
Total Passivo Circulante	1.474.575	1.220.630
Total Passivo Não Circulante	97.741	80.760

a. Composição de Vencimento do Passivo de Arrendamento

	30/09/2024	31/12/2023
até 1 ano	22.983	26.953
de 1 ano a 5 anos	46.367	50.182
acima de 5 anos	7.554	7.427
Total	76.904	84.562

22. OPERAÇÕES DE SEGUROS

a. Passivo para cobertura remanescente

Em setembro de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2023	(95.388)	112.379	16.991
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	133.611	128.455	262.066
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(43.722)	(23.339)	(67.061)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(245)	-	(245)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	31.384	23.417	54.801
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	66.627	(318.755)	(252.128)
Saldo Final em 30/09/2024	92.267	(77.843)	14.424

Em dezembro de 2023:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2022	17.359	(3.060)	14.299
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	226.119	245.545	471.664
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(47.066)	(45.614)	(92.680)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(441)	-	(441)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	71.125	4.847	75.972
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(362.484)	(89.339)	(451.823)
Saldo Final em 31/12/2023	(95.388)	112.379	16.991

b. Passivos de contratos de resseguros mantidos

Em setembro de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2023	8.951
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	2.564
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Período	-
Saldo Final em 30/09/2024	11.515

Em dezembro de 2023:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2022	8.902
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	13.309
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Período	(13.260)
Saldo Final em 31/12/2023	8.951

c. Passivos para sinistros ocorridos líquido resseguro
Em setembro de 2024:

	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Movimentação do grupo de contas			
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	31.840	21.406	53.246
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(10.076)	898	(9.178)
Saldo Final Ajustado	21.764	22.304	44.068

Em dezembro de 2023:

	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Movimentação do grupo de contas			
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	33.438	19.209	52.647
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(12.436)	(546)	(12.982)
Saldo Final Ajustado	21.002	18.663	39.665

23. MARGEM FINANCEIRA

	30/09/2024	30/09/2023
Receitas Financeiras		
Caixa e Equivalentes de Caixa	335.207	389.532
Créditos a Instituições Financeiras	60.622	79.305
Empréstimos e Recebíveis	1.190.762	1.067.855
Títulos de Investimento	1.853.970	2.267.726
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	41.337	34.884
Outras Receitas Financeiras	6.193	6.938
Total	3.488.091	3.846.240
Despesas Financeiras		
Recursos de Instituições Financeiras	(1.001.356)	(1.210.992)
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	(1.410.840)	(1.569.229)
Depósitos Especiais	(398)	(465)
Outras Despesas Financeiras	(1.036)	(538)
Total	(2.413.630)	(2.781.224)
Margem Financeira	1.074.461	1.065.016

24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	30/09/2024	30/09/2023
Receitas de Prestação de Serviços		
Conta-Corrente / Poupança	85.818	86.897
Cartões de Crédito/ Débito	48.868	39.767
Administração de Fundos de Investimentos	24.101	21.091
Taxa de Distribuição de Fundos de Investimentos	10.214	20.145
Arrecadações e Convênio	19.005	20.240
Transferencia de Fundos e Recursos	12.984	10.636
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	13.787	11.633
Cobrança	11.157	11.534
Corretagem de seguros	23.106	16.940
Serviços de Custódia	580	586
Outras Receitas de Prestação de Serviços	8.225	9.175
Total	257.845	248.644
Despesas de Prestação de Serviços		
Serviços do Sistema Financeiro	(65.981)	(69.210)
Cartões de Crédito	(27.249)	(24.628)
Correspondente Bancário	(13.654)	(15.074)
Informação Cadastral	(2.692)	(2.878)
Outros Serviços do Sistema Financeiro	(22.386)	(26.630)
Despesas de Comercialização de Planos de Seguros e Previdência	(21.117)	(22.231)
Despesas de Corretagem de Seguros	(16.906)	(14.914)
Despesas de Tarifas Interbancárias	(3.034)	(3.565)
Outras Despesas de Prestação de Serviços	(12.621)	(10.347)
Total	(119.659)	(120.267)
Resultado Líquido	138.186	128.377

25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO

	30/09/2024	30/09/2023
Receitas		
Instrumentos de Dívidas	1.054	-
Total	1.054	-
Despesas		
Instrumento de Dívidas	-	(616)
Total	-	(616)
Resultado Líquido	1.054	(616)

26. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	30/09/2024	30/09/2023
Receitas		
Receitas de Alienação de Instrumentos de Títulos de Renda Fixa	20.317	-
Total	20.317	-
Despesas		
Total	-	-
Resultado Líquido	20.317	-

27. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	30/09/2024	30/09/2023
Receitas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	123.691	161.098
Pessoas	141.571	111.291
Total	265.262	272.389
Despesas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	(117.814)	(106.789)
Pessoas	(56.728)	(51.811)
Total	(174.542)	(158.600)
Resultado de Seguros e Previdência	90.720	113.789

28. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO E VARIAÇÃO CAMBIAL

	30/09/2024	30/09/2023
Receitas		
Variação Cambial	-	162
Total	-	162
Despesas		
Variação Cambial	-	(100)
Total	-	(100)
Resultado Líquido	-	62

29. RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

	30/09/2024	30/09/2023
Receitas		
Reversão de Provisão de Operações de Crédito	113.110	99.147
Total	113.110	99.147
Despesas		
Provisão de Operações de Crédito	(210.176)	(331.847)
Outras Provisões	(3.376)	(1.792)
Total	(213.552)	(333.639)
Resultado Líquido	(100.442)	(234.492)

30. DESPESAS DE PESSOAL

	30/09/2024	30/09/2023
Salários	(217.985)	(198.491)
Encargos Sociais Obrigatórios	(72.093)	(65.237)
Benefícios	(62.865)	(58.290)
Participações Estatutárias no Lucro	(24.048)	(23.783)
Remuneração da Diretoria e Conselho de Administração	(6.232)	(5.404)
Treinamento	(1.947)	(1.793)
Remuneração do Comitê de Auditoria	(287)	(275)
Remuneração do Conselho Fiscal	(863)	(482)
Total	(386.320)	(353.755)

31. PROVISÕES

	30/09/2024	30/09/2023
Receitas		
Reversão de Provisões Cíveis	7.655	9.658
Reversão de Provisões Fiscais	3.305	15.556
Reversão de Provisões Outras	549	270
Total	11.509	25.484
Despesas		
Contingências Trabalhistas	(19.698)	(37.770)
Contingências Cíveis	(4.885)	(7.302)
Contingências Fiscais	(2.285)	(5.444)
Contingências Outras	(631)	(228)
Total	(27.499)	(50.744)
Resultado das Provisões	(15.990)	(25.260)

32. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/09/2024	30/09/2023
Contribuição ao Cofins	(58.878)	(57.293)
Impostos s/Serv.de Qualquer Natureza-ISS	(13.767)	(13.345)
Contribuição ao PIS/PASEP	(9.665)	(9.395)
IPTU	(1.101)	(1.184)
Outras	(2.080)	(738)
Total	(85.491)	(81.955)

33. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/09/2024	30/09/2023
Depreciações e Amortizações	(77.345)	(59.553)
Serviços Técnicos Especializados	(53.399)	(37.866)
Processamento de Dados	(46.252)	(34.344)
Segurança e Vigilância	(18.423)	(17.720)
Manutenção e Conservação de Bens	(19.911)	(18.193)
Comunicação	(9.158)	(10.907)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(24.299)	(18.521)
Transporte	(8.872)	(10.075)
Água, Energia e Gás	(4.845)	(4.609)
Serviços de Terceiros	(11.730)	(10.131)
Juros de Direito de Uso de Arrendamento	(5.157)	(3.466)
Viagens	(1.857)	(1.278)
Materiais	(2.082)	(1.337)
Aluguéis(1)	(2.074)	(3.287)
Seguros	(237)	(179)
Contribuições Filantrópicas	(1.118)	(377)
Outras Despesas Administrativas	(8.635)	(8.016)
Total	(295.394)	(239.859)

(1) Refere-se a arrendamentos de curto prazo, baixo valor e pagamento variável.

34. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS

	30/09/2024	30/09/2023
Outras Receitas		
Dividendos de Ações Disponíveis para Venda	2	-
Ganho de Capital	2.777	571
Recuperação de Encargos e Despesas	1.915	567
Atualizações Monetárias	9.082	11.597
Depósitos Judiciais	9.056	11.456
Outras Atualizações	26	141
Créditos Decisões Trans. Julgado Cont. Previdenciárias	770	101
Reversão de Provisões Operacionais	16.918	5.004
Variações Cambiais Ativas	840	203
Variações Cambiais Inversas	-	1
Outras Receitas Operacionais	1.659	1.230
Outras Rendas Não Operacionais	977	837
Total	34.940	20.111
Outras Despesas		
Contribuições ao FGC	(17.734)	(16.807)
Despesas com Cartões	(5.279)	(5.292)
Ressarcimento de Custos	(1.690)	(5.157)
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	(37)	(17)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(5.832)	(5.483)
Encargos Trabalhistas INSS - Proc - Trabalhistas	(1.603)	(1.873)
Remuneração de Arrecadação - Benefício INSS	(1.088)	(1.185)
Despesa com Processos Cíveis	(85)	(388)
Estorno de Tarifa - Conta Corrente	(1.204)	(1.150)
Despesa com Regulação de Seguros	(535)	(604)
Variações Monetárias Passivas	(42)	(19)
Variações Cambiais Passivas	(174)	(333)
Variações Cambiais Inversas	-	(1)
Outras Despesas Operacionais	(8.840)	(5.169)
Outras Despesas Não Operacionais	(401)	(190)
Total	(44.544)	(43.668)
Resultado Líquido	(9.604)	(23.557)

35. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico em 30 de setembro de 2024 foi baseado no lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, no valor de R\$ 311.763 (R\$ 256.140 em 2023), e na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação de 315.912.860. O valor do resultado por ação básico e diluído foi de R\$ 0,99 em 30 de setembro de 2024 e R\$ 0,81 em 30 de setembro de 2023.

36. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - Constituído por 231.006.000 ações ordinárias e 84.906.860 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencem ao Estado do Espírito Santo.

b. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

c1. Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro

líquido do exercício para a Reserva Legal.

c2. Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do valor do Capital Social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

- **Reserva de Risco em Operações de Câmbio** - está limitada a 10% do valor do Capital Social e tem por finalidade cobrir o risco de exposição em operações de câmbio, sendo formada com recursos equivalentes a até 2% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

d. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

d.1. Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, como dividendo obrigatório (Norma BrGaap). Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, o Banco optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

	30/09/2024	30/09/2023
Base de Cálculo:		
Lucro do Período BRGAAP	259.449	280.921
Reserva Legal	(12.928)	(13.985)
Base de cálculo	246.521	266.936
Total Dividendos e JSCP do Período	93.924	95.228

d.2. Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no semestre findo em 30 de setembro de 2024 no montante de R\$ 93.924 (R\$ 95.228 em 2023), com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 687 (R\$ 694 em 2023), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 93.237 (R\$ 94.534 em 2023), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, ad referendum da AGO 2024.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos períodos de 2024 e 2023:

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2024	21.600	(157)	21.443	0,068373285
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2024	21.600	(158)	21.442	0,068373285
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários do 1º semestre/2024	29.124	(214)	28.910	0,092189979
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 3º trimestre/24	21.600	(158)	21.442	0,068373285
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos do Período	93.924	(687)	93.237	0,297309834

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2023	21.000	(152)	20.848	0,066474027
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2023	21.000	(153)	20.847	0,066474027
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários do 1º semestre /2023	32.228	(236)	31.992	0,102014380
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 3º trimestre/23	21.000	(153)	20.847	0,066474027
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos do Período	95.228	(694)	94.534	0,301436461

d.3. Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 23/03/2020 a Política de Dividendos do BANESTES.

Conforme previsto no item 5.1 da Política de Dividendos do BANESTES, o Conselho de Administração aprovou, no dia 19 de dezembro de 2023, o Calendário de Pagamentos de JCP Mensais para o Exercício de 2024. O Fato Relevante com o cronograma de pagamentos está disponível no site de Relações com Investidores do BANESTES (www.banestes.com.br/ri) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (<http://www.b3.com.br/>).

No dia 16 de janeiro de 2024, em consonância com o item 5.2 da Política, foi declarado pelo Conselho de Administração, ad referendum da AGO de 2024, o pagamento intermediário de Dividendos referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor bruto de R\$ 58.000 sendo R\$ 0,18359493 por ações ordinária e preferencial (ON e PN).

37. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O SFB gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimento em favor dos investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas exceto o Fundo de Investimento VGBL, em função de deter o controle, governar sua política operacional e financeira, ser o único quotista e gestor deste fundo.

As tarifas e as comissões auferidas durante o período pelos serviços prestados pelas entidades do SFB a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de Prestação de Serviços" na demonstração consolidada do resultado.

O patrimônio líquido dos fundos são os seguintes:

Fundos	30/09/2024	31/12/2023
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	150.362	174.002
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	215.351	183.064
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	1.478.607	1.465.080
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	64.443	96.884
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	220.891	261.091
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	3.338.956	2.927.068
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	420.016	278.126
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	194.017	175.973
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	359.407	199.160
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	62.860	28.615
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.586	7.704
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	224.292	185.632
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	328.051	282.381
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	108.263	148.992
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	147.918	145.095
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	10.081	13.819
FUNSES FIC FIM	676.788	577.449
BANESTES Invest Facil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	1.752	10.939
BANESTES Explorer Institucional Fundo de Investimento em Cotas de FI Renda Fixa Longo Prazo	10.658	10.327
BANESTES Selection Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	18.790	12.327
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	40.135	15.364
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	21.432	11.099
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	11.014	10.331
Total	8.111.670	7.220.522

38. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefício Pós-Emprego

O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29 de outubro de 2013, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30 de outubro de 2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto> e no endereço <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii/>.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/17, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação foi 02/05/17.

No acumulado até 30/09/2024, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 9% do salário de participação), corresponderam R\$ 10.488 (R\$ 9.628 em 2023). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e de Administração do Banco, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (*déficit*) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar n.º 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, “a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas” e a Lei Complementar n.º 109/2001 que determina no artigo 21 que “o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar.

O primeiro semestre de 2024 e os exercícios encerrados em 31/12/2023 e 31/12/2022 apresentaram resultados superavitários, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto, não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador em função da definição dada pelo IAS 19 com relação à contabilização de um ativo atuarial que deverá observar o *asset ceiling*, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de *superávit*, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade da empresa obter um benefício financeiro decorrente do *superávit* apresentado nos planos de benefícios.

39. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no acumulado até 30 de setembro de 2024 foram distribuídos Juros sobre o Capital

próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 146.835 (R\$ 139.901 em 2023).

Transação	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	30/09/2023
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(6.600)	(66.615)	-	-
Depósitos à Vista (2):				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(77.754)	(8.636)	-	-
Depósitos a Prazo (2):				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(5.758.654)	(6.046.454)	(492.235)	(649.892)
Demais Transações (3):				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	-	(708)	(462)
Companhia do Gás de Espírito Santo (**)	-	-	-	2.417
Companhia Espiritosantense de Saneamento – CESAN (***)	111.963	114.053	9.529	4.414

(*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(**) Refere-se a operação de crédito de investimento para expansão das atividades da entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, realizada de acordo com taxas e prazos de mercado. Em 03/07/2023 foi assinado o contrato de Alienação da ES Gás.

(***) Refere-se a operação realizada com a CESAN - Companhia Espiritosantense de Saneamento, em 15/06/2023, entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, para Recomposição de Caixa, operação feita de acordo com taxas e prazos de mercado.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança entre o BANESTES e o controlador e são cobradas de acordo com contratos mantidos entre as partes.

a. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	30/09/2024				30/09/2023			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remuneração paga	995	5.467	633	287	661	4.889	579	274
Participação nos resultados	129	272	-	-	85	254	-	-
Benefícios pós-emprego	-	219	-	-	-	302	-	-
Totais:	1.124	5.958	633	287	746	5.445	579	274

40. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Atribuído à Controladora	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	30/09/2023
BRGAAP	2.322.878	2.216.351	259.449	280.921
Provisão Perdas Esperadas Operação Crédito e TVM – PDD	(87.622)	(174.694)	95.773	(50.343)
Contratos de Arrendamento	(2.058)	(4.047)	1.989	(488)
Efeito Fiscal	40.632	80.277	(43.560)	23.016
Outros	1.043	2.931	(1.888)	3.034
IFRS	2.274.873	2.120.818	311.763	256.140
Diferenças entre o IFRS x BRGAAP	(48.005)	(95.533)	52.314	(24.781)

Provisão Perdas Esperada de Operações de Crédito e TVM

São as perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes e aos demais ativos financeiros.

Contratos de Arrendamento

É o reconhecimento dos contratos de arrendamento com prazo maior que 12 meses e cujo o ativo individual tem valor relevante.

Efeito Fiscal sobre os Ajustes de IFRS

Constituição de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças de prática contábil.

Outros Ajustes

São os ajustes de valores não materiais, de forma individual ou agregada.

41. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 11 de novembro de 2024, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 11 de novembro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maelcio Maurício Soares (Presidente)
Carla Barreto
Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho
João Luiz Pereira de Oliveira
José Amarildo Casagrande
José Roberto Macedo Fontes
Marcello Rinaldi
Marinete Andrião Francischetto
Sebastião José Balarini

DIRETORIA

José Amarildo Casagrande (Presidente)
Alcio de Araujo
Carlos Artur Hauschild
Fernando Valli Cardoso
Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi
Marcos Vinícius Nunes Montes
Silvio Henrique Brunoro Grillo
Vicente Lopes Duarte

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Dâmaris Rafaela Rizzi Mação Perozini
Eliseu José Fidêncio
Murilo de Campos Cuestas
Tamires Endringer Depes

COMITÊ DE AUDITORIA

Christiano Santos Corrêa
Marinete Andrião Francischetto
Mário Zan Barros

CONTADOR

Leandro Jaoar Veloso da Silva
CRC-ES 021.458/O-4
(Em substituição)



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do

BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo

Vitória – ES

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo (“Banestes”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração do Banestes é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banestes em 30 de setembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de nove meses findo nessa data, de acordo com norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Analizamos os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2024, auditadas pela KPMG, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Informações Contábeis, Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais e o Relatório de Revisão, sem ressalva, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

Considerando tratar-se de informações contábeis intermediárias e que os trabalhos de revisão dos auditores independentes, não identificaram falhas em sua elaboração, no que diz respeito aos aspectos relevantes, que estivessem em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, cujo efeito pudesse comprometer, de forma material, a fidedignidade dessas informações contábeis, o Comitê de Auditoria emite esta Manifestação favorável à aprovação das Informações Contábeis, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, pelo Conselho de Administração.

Vitória (ES), 11 de novembro de 2024

Mário Zan Barros

Christiano Santos Corrêa

Marinete Andrião Francischetto

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2024, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, bem como o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, e o Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 11 de novembro de 2024.

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Conselheiro Efetivo

Dâmaris Rafaela Rizzi Mação Perozini
Conselheiro Suplente

Eliseu José Fidêncio
Conselheiro Efetivo

Murilo de Campos Cuestas
Conselheiro Efetivo

Tamires Endringer Depes
Conselheiro Efetivo

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que:

1. Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisamos as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS relativas ao período findo em 30 de setembro de 2024 do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Vitória (ES), 11 de novembro de 2024

José Amarildo Casagrande
Diretor-Presidente

Silvio Henrique Brunoro Grillo
Diretor de Relações com Investidores e de
Finanças